



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0932/15	DATA: 18/06/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h12min	TÉRMINO: 13h52min	PÁGINAS: 74

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA - Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

PEPE VARGAS - Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO

Exposições e debates sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil — tema da CPI.

Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e todas. Bom dia, Deputados Delegado Edson Moreira, Major Olimpio, Jair Bolsonaro, meu conterrâneo, Cabo Júlio, sejam bem-vindos a sua Casa.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da violência contra jovens negros e pobres.

Informo que a CPI recebeu convite para participar de um ato público promovido pelo Programa Direito e Relações Raciais na Universidade Federal da Bahia, a ser realizado dia 19 de junho, sexta-feira. Nós estamos indicando o Deputado Bacelar para representar a CPI nesse evento. O Deputado Bacelar pediu para estar representando todos nós nesse debate em Salvador, na Bahia.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Muito bem representado. Sr. Presidente, o senhor tem uma argúcia. Eu quero me espelhar nas suas decisões, porque V.Exa. vê. V.Exa. foi muito bem escolhido como Presidente pela argúcia, pela perspicácia com que V.Exa. toma as decisões.

Parabéns, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira. V.Exa. está sob suspeição, porque V.Exa. é meu amigo, mas considero os elogios. Obrigado.

Vamos passar para a audiência pública e posteriormente nós vamos apreciar alguns requerimentos.

Iniciaremos a audiência pública desta Comissão de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 65, de minha autoria.

Informo que durante as falas dos convidados não haverá apartes.

Convido para sentar-se à mesa a minha conterrânea, porque a Eleonora Menicucci, de Lavras, pertence à grande Bom Sucesso, que é minha cidade natal, da qual tenho o maior orgulho. Sou um dos Deputados majoritários em Lavras. Então, tenho o maior orgulho da cidade de Lavras. Quero convidar para se sentar, e já está aqui conosco, à mesa a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Ministra, esta CPI foi criada em 26 de março deste ano, já fizemos mais de 30 audiências aqui na Câmara dos Deputados e já visitamos mais de 10 Estados no Brasil, fazendo debates nas Assembleias Legislativas, mobilizando, dando



visibilidade ao debate, ao tema sobre violência contra jovens negros e pobres. Também fizemos várias diligências nos Estados.

Visitamos algumas comunidades que tiveram casos emblemáticos de violação de direitos humanos ou chacinas. Nós já fomos ao Espírito Santo, sob o comando do Dr. Jorge Silva; já fomos a Minas Gerais, sob o comando do Delegado Edson Moreira; estaremos em São Paulo, agora na segunda-feira, com vários Deputados, como Major Olimpio e Orlando Silva, fazendo várias diligências em três comunidades e, à noite, uma audiência pública no Estado de São Paulo.

Nós estamos caminhando para, no dia 2 de julho, apresentar um conjunto de proposições legislativas para debater com o Plenário da CPI e também relatórios preliminares.

Nós desejamos que esta CPI possa ser prorrogada por mais 60 dias. Estamos trabalhando nesse sentido, mas as CPIs na Câmara dos Deputados têm um prazo de 120 dias. Então, nós vamos trabalhar com as duas hipóteses: a prorrogação ou o cumprimento do prazo de 120 dias. Independente desse prazo, estamos trabalhando para que, posteriormente, a Câmara possa instalar duas Comissões importantes que serão fruto desse trabalho. Uma é para tratar de emenda à Constituição. Nós queremos um novo sistema sobre segurança pública, um sistema mais compartilhado, que integra as ações das polícias, um sistema federativo, em que o Município e a União vão fazer parte da responsabilidade com o tema da segurança pública, como colocado pela Presidente Dilma no processo eleitoral desse segundo mandato, mas também mais do que federativo. Nós entendemos também que ele tem que ser republicano.

Nós temos que envolver toda a sociedade e todos os Poderes na luta e no desafio de reduzir as taxas de homicídio no País. País com mais de dez homicídios para cada cem mil habitantes é considerado guerra civil. Então, nós estamos vivendo uma guerra civil. De fato, não há essa visibilidade na sociedade, ou seja, a sociedade não tem discutido esses indicadores estarrecedores. Nós estamos estudando por que a sociedade silenciou perante tantos cadáveres, tantos assassinatos de jovens negros e pobres. Então, uma das tarefas é dar visibilidade a este tema e outra é sensibilizar parte da grande mídia, da imprensa, a desnaturalizar



a morte dos nossos jovens negros e pobres, o que ficou natural, como se fosse normal matar jovens, imagino porque são pobres e negros.

Nós precisamos fazer esse enfrentamento. Eu acredito que a sociedade brasileira precisa fazer uma reparação histórica, um reencontro com a história. A ampla maioria dos negros, após o fim do trabalho escravo, não teve garantia de direitos no campo da educação, do trabalho, da moradia. Eles ficaram à margem das políticas sociais do Estado brasileiro.

Neste sentido, nós queremos elaborar outro projeto, que é o plano de meta para enfrentamento aos homicídios e a avaliação de direitos humanos no Brasil. A ideia é de que esse plano seja decenal, nacional e republicano, envolvendo todos os poderes.

Queremos também que os Municípios e os Estados elaborem os seus planos, porque temos que envolver todos. Mesmo naqueles Municípios que não têm altas taxas de homicídios, é importante que eles continuem com essa cultura de paz, porque hoje quase 90% dos homicídios no Brasil se concentram em 142 Municípios. Então, há um território; há regiões específicas; há uma cor quase definida, em torno de 80%; há o perfil, a questão da idade, o gênero, em 93%. Portanto, nós temos esses desafios aí colocados.

É evidente que nós queremos mexer no processo da persecução penal, queremos também discutir a questão da Ouvidoria, Corregedoria e perícias. Nós temos vários desafios pela frente. A ideia é que a gente possa ter um encaminhamento bem propositivo que coloque o Brasil no século XXI.

É evidente que isso não tira a nossa sensibilidade nem o compromisso com alguns casos emblemáticos não resolvidos, não solucionados, há mais de 20 anos, que tiveram inquéritos, mas não foram concluídos. A CPI deve encaminhar alguns casos emblemáticos para a Justiça Federal, pedindo o deslocamento de competência desses casos.

Tudo isso aqui ainda é uma análise, uma síntese que vai depender do conjunto do Plenário, dos membros, Deputadas e Deputados que compõem a CPI, na aprovação do relatório final, que tem como Relatora a nossa Deputada Rosângela Gomes, mulher, negra, do Rio de Janeiro.



Feita essa introdução, com muita alegria, eu quero agradecer a presença da Ministra. Eu tenho dito, Ministra, que os meninos são assassinados — é irreparável esse dano—, mas também ficam outras vítima, as mulheres, e é pela força e a sensibilidade das mulheres brasileiras, principalmente das mulheres negras, que esta CPI existe. Em todos os lugares que nós fomos, a gente encontra mulheres que, mesmo com a dor que carregam, com essa marca de violação do seu direito, pedem justiça.

Então, uma sociedade silenciou e começa a ouvir os gritos das mulheres, das mães, das avós, das viúvas, vítimas desse processo em que o Estado Brasileiro não chega ou, quando chega, como aconteceu com a mulher do Amarildo, é para incriminá-la por abandono de menores, sendo que o Estado deveria ter ido lá antes para reparar danos, se é possível repará-los, quando se perde um ente querido, como o marido da D. Elizabete.

Nesse sentido, é importante a presença de V.Exa. aqui na CPI, porque V.Exa. é Ministra das políticas públicas para as mulheres. O grande desafio desta CPI também é pensar como nós vamos apresentar um conjunto de proposições e políticas, dentro do plano nacional, que possa trazer reparação de danos a essas vítimas, que são as mulheres negras cujos entes queridos foram retirados do convívio do dia a dia.

Com a palavra, por 20 minutos, a nossa Ministra Eleonora Menicucci.

**A SRA. MINISTRA ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA** - Bom dia a todas e todos! Eu quero cumprimentar todos com muito respeito e, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão, cumprimentar todas e todos os Parlamentares que compõem esta Comissão.

Eu acho, Deputado, que é de fundamental importância esta Comissão identificar, diagnosticar e propor políticas e programas para combater a violência contra os nossos jovens negros e pobres e dar um basta a essa violência. Ao ser convidada para participar desta audiência, eu não tive, em nenhum momento, dúvidas sobre a importância de estar aqui. Por quê? Primeiro, porque entre os jovens negros e pobres nós temos muitas mulheres e temos mães, que são sujeitos das nossas políticas, como o Deputado já mencionou muito bem. Então, para mim, contribuir com esta discussão é fundamental. Eu estou aqui muito mais para



contribuir, do que para prestar contas especificamente — eu farei isso — do que nós temos feito. Mas, sobretudo, não me alongarei em números, em dados, porque eu acredito que os senhores e as senhoras tenham muitos dados. Talvez alguns sejam até mais recentes do que os que eu poderia apresentar aqui.

Eu vou começar focando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, eu gostaria de pedir um pouco de silêncio.

**A SRA. ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA** - Gabriel, por favor, peça um pouco de silêncio aí. Muito obrigada. *(Risos.)*

Eu começarei focando nas mulheres jovens no Brasil. O Brasil tem 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Entre 15 e 29 anos, nós temos por volta de 25 milhões que são mulheres e cerca de 13 milhões são jovens mulheres negras, pardas ou pretas. É um dado atrasado, de 2010, mas o nosso último censo foi em 2010. Então, nós temos que trabalhar com esse, tendo a certeza de que este número já aumentou muito em termos percentuais.

Eu sou da área, eu sou professora de universidade pública federal, na UNIFESP, no Rio Grande do Sul, e estou Ministra. Como professora na área de saúde pública, Deputado, eu trabalho há muito tempo recebendo, no Hospital São Paulo, jovens mulheres vítimas ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero só convidar para sentar à Mesa conosco o Ministro-Chefe da Secretaria dos Direitos Humanos, nosso companheiro, Ministro Pepe Vargas.

**A SRA. ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA** - ... de violência. Muitas dessas mulheres jovens mortas ou que tiveram alguma pessoa próxima morta cruelmente, por ser negra e pobre no nosso País, têm uma situação cruel e lamentável, principalmente as que não morrem e que chegam aos hospitais.

Para agravar esta situação, grande parte das mulheres que chegam aos serviços de saúde são as mães das vítimas. E os serviços de saúde no Brasil ainda não têm um protocolo para atender as sequelas psíquicas e psiquiátricas dessas mães desses jovens, homens ou mulheres, que foram barbaramente assassinados.

De 30 mil jovens assassinados a cada ano, 76% são negros e 93% do sexo masculino. Os senhores e as senhoras dirão: *“Mas é muito pouco: mulher, 7%.”* Se



fosse uma mulher, já seria inadmissível, porque é uma vida que se vai e, com ela, toda uma possibilidade de futuro dessa jovem.

Então, uma das grandes questões que coloco, ao debater essa problemática da violência contra os nossos jovens negros e pobres, é que são vidas que nós perdemos com 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 anos, vidas que foram arrancadas de um futuro. Isso é muito doloroso para mim como mãe, como avó, é como se arrancasse de um coração de uma mãe o filho ou a filha que ela pôs no mundo. Essa é uma seqüela que fica na mulher-mãe indelevelmente para o resto da vida.

Eu gostaria, Deputado, que, nesta proposta que o senhor fará em nome desta Comissão, de todas e todos os Parlamentares, que cuidassem muito desse aspecto.

Eu recebi na SPM um grupo de mães da Bahia que perderam seus filhos, e vários deles com carteira de trabalho. Elas falaram muito comigo sobre como o Estado brasileiro poderia acolhê-las nessa perspectiva de tratar delas. Elas querem ser cuidadas, acolhidas e tratadas. Esse aspecto da violência psicológica e psiquiátrica, da violência física, da crueldade e da morte de um filho que impacta nas mães tem que ser olhado por esta Comissão.

Do ponto de vista do Governo, nós consideramos que isso é crime de ódio. O crime contra o racismo e a ruptura de uma vida por racismo é um crime de ódio que desagrega toda a família, não retira da família apenas depois que ela enterra, quando tem a oportunidade de enterrar, mas desagrega e humilha toda a família. As seqüelas daquela violência são irreparáveis.

Nós consideramos como dramáticos os índices de extermínio. Agora, eu estou insistindo, porque é minha função como Ministra de Política para as Mulheres, nesse sofrimento dessas mulheres, mães, e na desagregação dessas mulheres para o resto da vida. Então, eu coloco o crime de ódio por questões raciais muito próximo da questão do ódio não só de classe, mas de gênero — e as duas Casas aqui tiveram a sensibilidade de tipificar o feminicídio, morte de mulher simplesmente pelo fato de ser mulher, como crime hediondo, aumentando a pena prevista na Lei Maria da Penha.

E eu digo para os senhores e as senhoras, Deputado Reginaldo Lopes, que é fundamental que haja uma proposta de lei que saia daqui, a exemplo da Lei Maria da Penha, uma lei que não ficou no papel, uma lei que nós estamos implementando



em todos os rincões do nosso País, com a Casa da Mulher Brasileira, com as unidades móveis, que levam atendimento para as mulheres do campo e da floresta e com os barcos que levam atendimento para as mulheres das águas, da população ribeirinha, mulheres negras, mulheres pobres, mulheres indígenas, mulheres quilombolas e jovens.

Aquilo a que eu assisti no Arquipélago do Marajó, famílias levando seus filhos de 7 anos, 8 anos, 6 anos para os balseiros em troca de produtos alimentícios ou para construção, como areia, etc... Essas crianças ficam 7 dias navegando com os balseiros, sendo estupradas e violentadas.

A partir do momento em que nós chegamos, eu acionei o barco da Marinha que fica lá, e ele nos ajudou, Deputado, a rever isso. Nós quebramos o pacto de silêncio lá, o pacto de silêncio com a violência. Então, nós precisamos sair dos grandes centros e conhecer os bolsões do nosso País.

Isso, como mãe, ter a infelicidade de assistir a isso me deu uma dor no coração... Essas meninas, essas crianças não têm muito futuro. Elas realmente serão estatísticas de jovens negros mortos, assassinados pelo fato de serem pobres e negros.

Eu quero também dizer que as jovens de 18 anos a 29 anos correspondem hoje a 49% da população carcerária feminina no nosso País, o que evidencia e visibiliza que a faixa etária é muito baixa. Por que essas meninas estão entrando para a cadeia? Porque elas estão no tráfico. Isso é uma evidência. E muitas estão no tráfico para fugir da violência — é lamentável dizer isto — porque elas se sentem protegidas.

Então, eu quero aqui dizer publicamente que nós estamos trabalhando junto com o Ministério da Justiça e com o Ministério da Saúde numa política muito forte de um atendimento diferenciado para as mulheres jovens e adultas em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional — Pnampe. Outra coisa que nós estamos fazendo: estamos criando a possibilidade de incluir, no atendimento que fazemos nas Casas da Mulher Brasileira, o enfoque da violência psicológica para ampliar esse atendimento e atender essas mães.





Temos uma rede muito grande de serviços. Eu tenho dito — os senhores e as senhoras já devem ter me ouvido em várias oportunidades — da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, mas aqui hoje eu não vou me deter especificamente em toda essa rede, eu vou me deter no impacto dessa violência.

Então, vejam bem, caminhando para o fim, Sr. Deputado... Por que eu estou caminhando para o fim? Porque eu tenho um exame médico a fazer às 11 horas. Se eu não for, não haverá quem me substitua. Não, eles irão ao Ministério, mas eu tenho um exame importantíssimo. (*Risos.*) Por isso eu comecei antes de você chegar.

Eu quero me manifestar aqui sobre os autos de resistência. Eu acho que o Brasil não pode continuar convivendo com essa realidade. Eu não vou entrar em dados, porque os dados variam. Eu também, como epidemiologista, quando não tenho certeza dos dados, prefiro não incorrer no risco de não ser precisa; eu prefiro fazer uma reflexão sobre a magnitude dessa violência e sobre como nós precisamos intervir nisso, porque muitos dos nossos jovens e das nossas jovens morrem nos autos de resistência. Esse é um aspecto que nós temos que... Eu apelo para esta Comissão no sentido de que discuta profundamente o tema e me coloco inteiramente à disposição para contribuir com todo o meu conhecimento técnico. Do ponto de vista político, é inadmissível tolerar qualquer tipo de violência.

Eu ontem falava, no programa *GloboNews*, ao Alexandre Garcia sobre violência contra as mulheres, basicamente sobre estupro: Na maioria dos estupros, como o do Piauí, há um presidiário ou um ex-presidiário, fugido da cadeia, como o Sr. Adão, de 40 anos, que comanda e instiga os jovens.

Essa situação, Deputado, eu reafirmo que só existe uma maneira de resolver: é escola, escola, escola, escola, escola; é educação, educação, educação, educação.

Para terminar, quero dizer que deve haver a ampliação do atendimento dos nossos serviços nas Casas da Mulher Brasileira para atender à violência psicológica não só das mulheres que foram agredidas ou violentadas, mas também das mães. Não adianta elas virem me procurar, ou procurar o Ministro Pepe. Enfim, elas têm que ter atendimento. E eu, como sou da área da saúde pública, não consigo ter na



minha frente — é uma questão de direitos humanos para mim —, eu não consigo ter na minha frente um cidadão ou uma cidadã que precisa ser tratada, sem eu acolher e cuidar.

Então, aqui eu quero dizer que o crime de ódio contra os jovens negros e pobres é um crime contra o racismo, e o racismo, um crime no País, é crime, há lei. E essas mães, tanto de homens quanto de mulheres, têm que ter um lugar, um local para serem atendidas. A Casa da Mulher Brasileira, nós estamos ampliando. A despeito da Lei Maria da Penha não prever, não ter essa diretriz, estamos avaliando e propondo internamente que as Casas atendam às sequelas psíquicas e psiquiátricas dessas mães, desses jovens. E quero dizer o seguinte: é intolerável tolerar essa violência. Nós não podemos conviver com ela numa democracia avançada como a nossa, nem em nenhum regime. Estamos no Brasil. Nós não podemos. Então, termino por aqui.

Agradeço e me coloco à disposição dos senhores. Eu ainda tenho 15 minutos, por causa da minha agenda médica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer à Ministra a presença. (*Palmas.*)

Vamos pedir permissão ao nosso Ministro Pepe Vargas para que a gente possa ouvir rapidamente quem tiver alguma pergunta a fazer à Ministra Eleonora Menicucci. Ela chegou no horário. Nós temos a cultura, no Parlamento, de sempre marcar para 9h30min e começar às 10 horas e pouco. Mas, como ela é mineira, não perde o trem. A Ministra chegou. Então, como nós começamos um pouco mais tarde, ficou um pouco prejudicado aqui o tempo nosso com a Ministra, porque a Ministra ficou aqui nos aguardando. Mas vamos abrir aqui a palavra, se algum Deputado quiser fazer alguma manifestação relacionada à intervenção da nossa Ministra.

Eu quero fazer a minha, primeiro, sob o ponto de vista de que, como as mulheres negras são as maiores vítimas dessa violência contra os negros, jovens, e 93% são homens, então é muito importante que a Casa da Mulher Brasileira e as suas unidades móveis tenham uma política para algum tipo de reparação de danos, em especial porque hoje não temos o apoio financeiro, e, lamentavelmente, essas mulheres nem apoio psicológico têm.



Então, é importante essa sensibilidade e que a gente pudesse construir uma política nessa direção. Esse é o maior desafio nosso, do ponto de vista das políticas propositivas do relatório desta Comissão, e é um pouco no sentido de criar essas políticas em relação a uma das maiores vítimas dessa violência, que são as mulheres — mães, avós, viúvas —, que ficam abandonadas, como a senhora colocou muito bem, porque quase se retira o coração dessa mãe, quando seus filhos são assassinados.

O Deputado Damião manifestou-se. Com a palavra o Deputado Damião.

**O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra, Sr. Pepe Vargas, nosso colega e Ministro, Ministra, eu queria parabenizá-la pelo trabalho. Eu conheço o trabalho que a senhora fez, todo o currículo da sua vida, que foi exatamente trabalhando — e seriamente —, na promoção social neste País. Naturalmente, a senhora ainda... Eu louvo e parabeno a senhora, que está em plena atividade, em pleno pique, fazendo inveja a gente muito mais jovem, nessa luta que a senhora implementa neste País. Mas eu queria aproveitar a oportunidade, Ministra, para falar não só desse trabalho que a senhora está fazendo na Casa da Mulher — e eu vi a Vice-Governadora do Estado da Paraíba, porque a minha esposa esteve com a senhora, em audiência, e eu estive presente —, mas do empenho e do impulso da senhora, inclusive pelo amor que tem pela Paraíba, por ter passado por lá. E, naturalmente, aquilo dali me sensibilizou, a sua preocupação nesse sentido.

Mas o que me preocupa aqui é o seguinte: o que é que me incomoda aqui na questão do Brasil como um todo? É que as ações e os trabalhos não são levados aos bolsões de miséria. O que eu quero dizer com isso? Há 100 anos, o negro saiu da senzala, mas ele foi para a favela. Lá na favela, ele se mistura, pela dificuldade de escola, com tráfico, com tudo o que é ruim do ponto de vista social. O que o Governo brasileiro — eu falei, inclusive, com a Ministra da SEPPIR — pode fazer para que a gente possa exatamente ir lá, aos bolsões de miséria — a senhora é médica, eu sou médico —, para fazer uma ação preventiva? O que se está fazendo? Que a gente possa levar as ações aos bolsões de miséria de São Paulo, aos bolsões de miséria do Rio de Janeiro, aos da Paraíba. Eu não sou policial, mas eu



estou começando a questionar esse negócio de auto de resistência, para que possa ser discutido.

Com as ações sociais de verdade, que a gente possa levar estudo para os negros naquela região e uma saúde adequada, e que o Governo possa ser o titular para levar os benefícios. Para mim, a gente está com dificuldade de levar essas ações para lá.

Então, para resumir, Sra. Ministra, o que nós podemos fazer? Se nós começarmos a fazer isso hoje, na minha impressão, a gente vai ter o resultado daqui a 20, 30 anos. Só que nós ainda não estamos fazendo, porque há 100 anos nós estamos tentando fazer. O meu receio nesta CPI é que a gente termine exatamente com um relatório bonito, mas sem uma ação concreta, embora o Deputado Reginaldo, o nosso Presidente, tenha feito algumas ações, e eu o louvo também em relação a isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A próxima oradora é a Deputada Erika Kokay.

Vamos tentar falar por 3 minutos, porque nós temos ainda que ouvir o nosso convidado, o Ministro Pepe Vargas.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sim, claro. Eu queria saudar a Ministra, pelo trabalho que tem realizado, e dizer que o Deputado Reginaldo tem razão, é uma constatação: andando por este Brasil, nas suas dobras e nas suas curvas, a gente vai ver o choro das mulheres. São as mulheres que choram a morte de seus meninos, dos jovens negros, os filhos dessas mulheres. E, ao mesmo tempo, são as mulheres que clamam por justiça; são as mulheres que se colocam em movimento e, via de regra, elas não desistem. Muitas vezes o Estado, a sociedade desiste dos meninos, mas as mulheres, as mães não desistem. É importante que nós pensemos num programa, a partir dos dados levantados por esta CPI, para cuidar dessas mulheres, na perspectiva de que elas possam ser agentes de desconstrução da lógica violenta, mas que também façamos com que essas mulheres tenham um espaço de fala, porque elas percebem o risco que os seus meninos sofrem. Elas percebem, antes de qualquer um, que os seus meninos correm risco.



Um dia, eu vi uma senhora falar: *“Eu sentia que ele estava indo embora. Eu sentia que ele estava indo embora igual água entre meus dedos, e eu não conseguia segurá-lo.”* Ela chorava a morte do seu menino, mas ela dizia: *“Eu sentia que ele estava indo embora.”* E elas sentem. As mães, as mulheres sentem quando estão perdendo seus meninos.

Era preciso criar um mecanismo para que elas pudessem ter esses espaços. Houve uma experiência de mães pela paz do Ministério da Justiça em que se buscou esse sentimento de solidariedade, esse sentimento de sentir a dor do outro, essa não desistência, essa coragem que carregam as mulheres e, particularmente, que as mães pudessem ser instrumentos de construção de políticas para que nós mergulhássemos e cultivássemos uma cultura de paz.

Então, portanto, eu diria, Deputado Reginaldo Lopes, que era preciso não apenas cuidar das mulheres pela dor que sentem — que é uma dor que se carrega e que não fica concentrada no próprio lar, ela se estende —, mas também dar os espaços de fala para que elas possam ser protagonistas da construção de uma sociedade em que não tenhamos que conviver com esse extermínio de jovens negros.

Por fim, encerro com isso. E espero que possamos, inclusive, combater o racismo institucional. O racismo institucional é algo concreto. E digo: há uma lógica eugenista e higienista. Essa redução da maioria penal que nós tivemos aqui no dia de ontem na Comissão vem nessa perspectiva, na perspectiva de isentar o Estado da realização de políticas públicas, de retirar esses jovens, de encarcerá-los para que eles não sejam atingidos por políticas públicas; ou seja, é um movimento inverso do que deveria ser realizado, que é o de cobrar do Estado políticas públicas para desconstruir a violência. As mulheres precisam participar como protagonistas desse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bem, Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu queria, primeiramente, parabenizar a nossa Ministra Eleonora, que trabalhou na Paraíba como professora, lá no centro onde eu fui diretor. E, a partir desse momento, ela teve de sair da Paraíba, não pela



vontade, mas para fazer um tratamento de saúde e agora exerce essa função importante como Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. E queria também o Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas.

Tenho duas questões. Nós não temos dados sobre essa questão dos autos de resistência. O único dado que eu tive é do Secretário de Social de Pernambuco. Quando ele aqui esteve, eu pedi para que me contasse acerca de policiais que foram assassinados, na relação com vítimas.

O Secretário me deu um dado que me chamou atenção. Dos policiais que foram assassinados entre 2013 e abril de 2015, 46 estavam fora de serviço; para 26, não se informou se estavam em serviço ou não; e apenas nove foram assassinados quando estavam em serviço. Esse é um dado sobre a questão da propaganda que se faz de que o auto de resistência é importante para o combate à violência, quando, na realidade, ele tem gerado violências múltiplas.

A segunda questão é o fato de que nós temos jovens que foram torturados, espancados, tiveram tratamentos cruéis, foram presos e que hoje ficam com traumas profundos. Eu mesmo tenho um assessor que foi preso antes de ser assessor. E ele falou que ia denunciar a tortura ou a prisão ilegal, porque ele não tinha feito nada — porque acharam que ele era meliante, a palavra que eles usam. E ele disse: *“Não, eu não sou disso aqui.”* Mas, quando ele disse que ia denunciar aquela prática para mim, como Deputado Federal, e como também defensor de direitos humanos, aí eles começaram a maltratá-lo e a dizer: *“Essa aqui é em homenagem aos direitos humanos; essa daqui é em homenagem ao Deputado Luiz Couto.”* Enfim, esse rapaz ainda hoje sofre traumas profundos em termos de depressão.

Nesse caso, é também importante não apenas registrar os jovens que são assassinados, que são executados, mas também os jovens que sofreram outro tipo de violência. E acho que esse é um aspecto importante que não consta, porque, às vezes, quando chega à delegacia para fazer um boletim de ocorrência, aí tem um delegado que diz: *“É melhor não prestar, porque você vai ter problema.”*

Há também a mulher que sofre violência e, se for no final de semana, tem que ser atendida por um delegado e não por uma delegada, porque a delegacia está fechada. E é quando ela normalmente sofre os maiores tipos de violência.



E a terceira questão é com relação a jovens que saíram de casa e que desapareceram, foram mortos e enterrados ou foram mortos e queimados, ou esquartejados. Ou seja, há uma série de jovens que estão nessa figura de desaparecidos, e a mãe ou a família não tem sequer o direito ao luto, que é um direito humano de exercitar. Ou seja, é aquela situação em que filho não apareceu, não comunicou mais.

De vez em quando se descobre um cemitério onde vários corpos estavam lá, vários esqueletos humanos estavam lá, mostrando que nós temos que ampliar essa questão da violência contra jovens negros e pobres, que são a grande maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero convidar a Deputada Rosangela Gomes para compor a Mesa conosco aqui, nossa Relatora.

Passo a palavra para a última oradora desta etapa, a Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exma. Ministra Eleonora e Exmo. Ministro Pepe Vargas, eu apenas quero cumprimentá-la, Ministra, por sua presença aqui. Eu não pude participar da sua intervenção porque também estava em outra reunião e vou sair daqui para ir à reunião da Seguridade Social, mas eu acredito que tenha colocado um pouco o quadro dessas mães que têm passado por momentos difíceis.

Eu tenho uma experiência que não é de ordem pessoal, mas é uma experiência de quem trabalhou — a Deputada Erika Kokay até ressaltou o fato — com as mulheres da paz, do Ministério da Justiça, que teve o seu núcleo maior no Estado do Rio de Janeiro, e estava Secretária de Estado nessa época, quando trabalhamos com 1.500 mil mulheres comunitárias e com 2.500 mil jovens pela paz. Foi um trabalho de grande integração, onde essas mães podiam, de certa forma, estar próximas de seus filhos. Ali tivemos um trabalho em que era valorizada a pesquisa que elas mesmas faziam na sua comunidade, ajudando e dando força para que as mulheres pudessem denunciar, mesmo não tendo a proteção devida como testemunha. Elas, então, partiam para o convencimento e buscavam aconselhar as outras mulheres para acompanhar os seus filhos, ainda que eles estivessem em situação de risco. E o trabalho dessas mulheres foi muito profícuo, através do qual trabalhávamos a paz social dentro dessas comunidades.



Uma das coisas que a gente ouvia era o seguinte: “*Salve meu filho*”, ou “*Salve minha filha*”. E nós não tínhamos, na qualidade de representante do poder público, apenas uma ação. Nós tínhamos que ter ali também o sentimento colocado ao ver aquelas mães que perdiam seus filhos e aquelas mães que iam às delegacias denunciar, mas não encontravam o respaldo necessário. Elas eram desmentidas e, às vezes, convencidas a não fazer o registro.

Essas mães cooperavam muito, e nós, então, propusemos a criação de uma delegacia para crimes raciais, porque, evidentemente, esse convencimento se dava nas delegacias comuns. Apesar de termos delegacias das mulheres, a questão racial é uma outra questão. E ela é tão perversa, tão dura, que, mesmo nas delegacias, nós não encontrávamos respaldo suficiente para que essas mulheres negras pudessem ser ali atendidas a contento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Então, hoje nós temos o grande desafio de estarmos nesta CPI. E eu levo fé de que ela não nos dará apenas a letra morta de um relatório, mas, tenham certeza, ele vai ajudar na implementação de políticas públicas, até porque algumas já estão em andamento, e o que nós iremos fazer será agregar a esse componente o fator racial, que é importante.

Não se pode falar de segurança sem falar na questão racial, porque são esses meninos e são essas meninas que estão morrendo. E a Ministra sabe perfeitamente que, se apresentarem aqui o diagnóstico das mulheres violentadas, a maioria é negra; se falarem das nossas adolescentes, a maioria é negra; se falarem também da exploração sexual, a maioria é negra. Então, não é possível que a gente não direcione o olhar para isso. Quem está morrendo, na verdade, são os nossos adolescentes negros e negras.

Sra. Ministra, eu concluo dizendo que V.Exa. tem papel muito importante ao trazer sua contribuição para esta CPI e, sobretudo, ajudando-nos com informações, pesquisas e diagnósticos, porque esta Comissão é contestada quando nós levantamos o fato de que estão morrendo mais negros, que estão morrendo mais negras, e quando nós falamos que existe uma ação policial e que esta ação policial é indevida.





Aqui, nesta Comissão, nesta CPI, nós temos enfrentado uma série de questionamentos e nós precisamos ter, cada vez mais, informações precisas. Certamente, irei ouvir o nosso Ministro Pepe Vargas, que deve trazer um novo quadro dessa problemática, , infelizmente.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Quero devolver a palavra a nossa Ministra Eleonora Menicucci, para que faça suas considerações finais.

**A SRA. ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA** - Eu quero reafirmar e reforçar o meu agradecimento pelo convite e colocar à disposição a SPM — a Janaína e a Fernanda Papa, duas técnicas, estarão responsáveis por contribuir com esta Comissão, seja com dados, seja com ações.

Eu vou começar não respondendo, mas dialogando, de baixo para cima. Vou começar com a Deputada Benedita da Silva.

Quero dizer, Deputada, que sobre tudo o que a senhora falou, eu iniciei minha fala aqui. Eu recebi um grupo de mães da Bahia, conversei com elas e me prometi a criar um grupo de trabalho para que pudessem ser ouvidas.

Mas, mais do que isso, já estamos trabalhando numa proposta em que a Casa da Mulher Brasileira, no que diz respeito ao atendimento da violência psicológica, prevista na Lei Maria da Penha, estenda-se para atender essas mães. E coloco-me à disposição aqui.

Também acho que as unidades móveis nossas que estão percorrendo o Brasil — na Paraíba há duas — para levar atendimento e informação às mulheres do campo, da floresta e das águas, devem ouvir essas mães também nos rincões do nosso País. E os barcos e as lanchas que temos em parceria com a Caixa, com o MDA e o MDS, também devem ouvir essas mães entre as populações ribeirinhas. Com isso, poderemos ajudar a otimizar os recursos que o Governo tem e colocá-los à disposição.

Deputada, eu ouvi de muitas mães: “*Salve minha filha! Salve meu filho!*” Para salvar esses filhos e essas filhas — o Sr. Deputado Pepe Vargas sabe disso — a Presidenta brevemente lançará o Programa PRONATEC Aprendiz, que vai



possibilitar o acesso dos jovens, homens e mulheres do nosso País, ao ensino profissionalizante, ao ensino técnico.

E eu posso dizer do orgulho que tenho das mulheres que entraram nos cursos do PRONATEC, pois 63% das matrículas são de mulheres. E 40% desses 63% são negras que estão fazendo curso não de manicure — não desqualificando as manicures e cabeleireiras —, mas sim cursos para dirigir veículos pesados, de construção civil, de manutenção de máquinas, de aparelhos da indústria branca, tais como geladeira, máquina de lavar e tudo mais. São mulheres que romperam esse ciclo e estão avançando.

Então, tenho muita expectativa, esperança e certeza de que o PRONATEC Aprendiz vai realmente apresentar e abrir o acesso a esses jovens, para que mães não tenham seu coração arrancado.

O Sr. Deputado Luiz Couto não está aqui. A minha questão sobre o auto de resistência já explicitarei aqui. Eu sei, como ex-presa política e ex-torturada, o que é a dor de ser torturada e como nós precisamos de apoio e de acolhimento para romper esse ciclo. O meu ciclo ficou lá atrás, 50 anos atrás, 40 anos atrás. E, também, como ex-presa política e militante na área dos direitos humanos, pela dor dos desaparecidos políticos, sei o que é ser essa mãe que não consegue enterrar o seu filho ou a sua filha. Temos de lidar com esses desaparecidos, cidadãos e cidadãs brasileiros, sem o carácter de ex-preso político.

Quero dizer, também respondendo à Sra. Deputada Érika Kokay, que nós precisamos acolher essas mulheres, precisamos criar condições para que essas mulheres que perderam seus filhos e suas filhas por crime de ódio, de racismo, que já é crime no Brasil, encontrem novas possibilidades de reagir a isso. Mas, sobretudo, precisamos também — e uma linha das linhas do nosso Programa Juventude Viva é isso, e o PRONATEC Aprendiz está dentro disso — é como nós podemos prevenir e promover a cidadania desses jovens, não a morte, não o conviver com a morte desses jovens, e a morte antecipada, anunciada.

E, para terminar, eu quero dizer, Deputado, que essa questão que o senhor coloca me preocupa muito. Como é que nós chegaremos com nossas políticas públicas, nossas ações, aos Municípios menores do País? Eu digo ao senhor que quando nós iniciamos com os nossos ônibus para a área rural, em 2014, o relatório



do Ligue 180, de violência contra as mulheres, registrou, só de mulheres do campo e da floresta, 17% do total das denúncias de lá. Até então, essas mulheres não tinham nenhuma informação sobre seus direitos. Então, é necessário cada vez mais criar alternativas que cheguem lá.

E eu quero dizer que, no dia 1º de junho, eu estive entregando, em Bragança Paulista, 433 casas do Minha Casa, Minha Vida 1 para a população de mais baixa renda. Foram seis chaves entregues para seis famílias. E a família a quem eu entreguei era a de uma mulher negra, separada, mãe de seis filhos e sobrevivente da violência doméstica, e separada da violência doméstica. Essa mulher chorava porque ela teria, a partir daquele dia, um apartamento para entrar e morar e para criar, cuidar e educar os seus filhos.

Então, os nossos programas sociais também são transversais e se preocupam com a população, com as mulheres negras, com as mães, concedendo a titularidade para as mulheres, a titularidade para as mulheres negras e a titularidade para as mulheres que sofreram na vida uma violência doméstica e que são separadas. Instrumentos, eu acredito, que nós temos por meio das nossas ações e por meio das nossas políticas.

Deputado, eu coloco à disposição desta Comissão todos os equipamentos que nós temos para contribuir com o relatório e a proposta que esta Comissão fará.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Ministra Eleonora Menicucci, quero agradecer, em nome da CPI, pela presença. Muito obrigado. Sinta-se à vontade para continuar conosco ou para cumprir outro compromisso.

**A SRA. MINISTRA ELEONORA MENICUCCI** - Eu tenho que sair porque eu tenho um exame médico às 11 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Sr. Pepe Vargas, Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por 20 minutos.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Muito bom dia a todos e todas aqui presentes. Eu saúdo o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da CPI, e, ao saudá-



lo, saúdo todos os Parlamentares e as Parlamentares integrantes desta CPI. E agradeço o convite para aqui comparecer.

Acredito, Deputado Reginaldo Lopes, prezados Deputados e Deputadas, que a CPI certamente vai trazer uma grande contribuição em torno desse tema da violência contra jovens negros e pobres em nosso País, assunto extremamente grave. Precisamos obviamente encontrar estratégias de enfrentamento para reduzir essas estatísticas horrorosas, porque, por trás dessas estatísticas, por trás dos números, existem pessoas que morrem e existem famílias que sofrem, amigos que sofrem, comunidade que sofre. Quando a gente fala muito em números, às vezes se esquece de que por trás dos números existem pessoas.

Então, eu queria parabenizar a Câmara dos Deputados pela iniciativa de constituir a Comissão e queria parabenizar os Deputados e as Deputadas que aceitaram esse extraordinário desafio que é integrar uma comissão dessa natureza e se debruçarem a estudar alternativas para essa questão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu vou trazer aqui alguns dados. O primeiro dado que eu quero trazer Comissão são os dados que nós temos da nossa Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o Disque 100, que é o nosso número que em qualquer local do País pode discado gratuitamente para fazer denúncias de violações de direitos.

Nós tivemos, de 2011 a 2015, pelos dados da Ouvidoria, 593 mil denúncias de violência. Dessas, 35% foram violências praticadas, denunciadas contra negros e pardos e 25%, violência contra brancos. O número não fecha em 100%, porque existem outras situações, como a dos indígenas, enfim, de outras etnias, e também porque, muitas vezes, ao chamar o Disque 100, a pessoa não declina a sua situação. Então, não fecha em 100%. Mas aqui já há um dado que salta aos olhos: a violência contra negros é maior do que contra a população branca.

Quando a gente entra no segmento de adolescentes e jovens entre 12 e 30 anos, esse quadro também se repete e até aumenta:, 40% das denúncias foram de violências contra adolescentes, jovens e negros e 24%, denúncias de violências contra adolescentes e jovens brancos. Então, aí já se demonstra claramente o preconceito, a discriminação e a violência maior contra a população negra do nosso País e também contra adolescentes jovens negros.



O segundo dado que eu quero mostrar é extraído do sistema de informações sobre mortalidade do DATASUS e se refere às mortes por agressão. A linha azul é a morte por agressão contra adolescente. Aqui, nesse caso, a sistemática do DATASUS pega de 10 até 29 anos exatamente. Nós temos 36.5% de mortes por agressão no segmento de jovens. Na população em geral esse percentual é 4.8%. Vejam que os adolescentes e jovens morrem mais por agressão do que a população adulta no País. É uma diferença brutal, inclusive: 36,5% das mortes da população jovem foram por agressão, enquanto na população em geral foi de 4,8%.

Nós temos, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, sobre o qual eu vou falar um pouco mais adiante. Mas uma das ações do programa, um dos objetivos, um dos seus eixos estruturantes é a produção de indicadores, pois os indicadores ajudam não só a monitorar essa situação, mas também colaboram para pensar políticas públicas.

Entre os indicadores, nós temos o índice de homicídio na adolescência que é produzidos a partir de uma parceria com o Observatório de Favelas, o UNICEF e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e o que esse índice de homicídio na adolescência nos mostra? Ele estima o risco de mortalidade por homicídio na adolescência especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos, que é o que a nossa legislação tipifica como população adolescente. Portanto, aqui não estamos falando de jovens até 29 anos, estamos falando especificamente de adolescentes entre 12 e 18 anos.

Ela expressa o número de adolescentes que serão vítimas de homicídio antes de completarem os 19 anos para cada grupo de mil pessoas com idade a partir de 12 anos. É isso que o índice de homicídios na adolescência mostra. E ele foca nos Municípios com mais de 100 mil habitantes. Então, esse dado é calculado a partir dos Municípios com mais de 100 mil habitantes e usa como fontes os Censos do IBGE realizados em 2000 e 2010 e o Sistema de Informações Sobre Mortalidade, do DATASUS. Essas são as bases utilizadas para se chegar aos dados.

O que nos mostra o último índice calculado, tendo como ano-base o de 2012? Ele mostra que 42 mil adolescentes poderão ser vítimas de homicídio nos Municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, entre 2013 e 2019. Quer



dizer, o número é estarrecedor. Mas isso ocorrerá se as condições vigentes em 2012 não forem modificadas. Se o Estado brasileiro — e quando eu falo do Estado, eu não falo exclusivamente da União, falo dos Estados federados, dos Municípios e da sociedade também — nada fizer, se tudo continuar assim, este é o número: 42 mil adolescentes morrerão entre 2013 e 2019, antes de completarem seu 19º aniversário. Esse é o dado.

Temos uma base de 2005 para cá. O que mostra essa base? Mostra que o índice de homicídios na adolescência vem aumentando. Vejam que em 2013 ele estava em 3,32. Quando começou a ser medido, no primeiro ano — a base chega a 2005 —, era 2,75. Como vocês veem no gráfico, diminuiu um pouco e nos últimos anos tem aumentado. Então, em vez de reduzir, está aumentando, lamentavelmente.

A Região Nordeste do Brasil é a região onde o problema é mais grave; o índice chega a quase 6, crescente. Então, no Nordeste tem que haver um... Embora ele seja alto em todas as regiões do País.

Aqui podemos ver a distribuição do índice pelas Unidades da Federação. Alagoas é o Estado que tem o maior índice, 8,82. O que tem o menor é Santa Catarina, com 1,14. Nós temos 13 Estados da Federação que estão com índice de 3,32 — o índice médio — para cima. Ali, do Amapá até Alagoas, olhando de baixo para cima, estão acima da média, e os demais estão um pouco abaixo da média, mas todos eles com índices elevados, portanto, bastante preocupantes.

Aqui vemos o índice de homicídios na adolescência nas 27 capitais brasileiras. Fortaleza tem um índice elevadíssimo, 9,92; Maceió também, acima de 9. E depois o índice vai se reduzindo. Palmas é a Capital que tem o menor índice. Depois deixo isso disponível aqui para os membros da Comissão, que poderão olhar o índice de seu Estado, da sua Capital, com mais atenção. Mas vê-se que há dados aqui de alguns Municípios, de algumas capitais, extremamente elevados. São Paulo e Rio de Janeiro até que não têm os índices maiores — nas capitais. Vamos ver aqui Belo Horizonte, Deputado Reginaldo. O índice da Capital do seu Estado é 4,12.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Acima da média nacional.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Acima da média nacional.

**O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO** - E João Pessoa?



**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - João Pessoa? O de João Pessoa é 6,49, Deputado Damião. Está em...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - É bom dizer que nós sempre usamos aqui estatísticas para 100 mil. Esta aqui é uma estatística para mil.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - É. Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - É pior do que...

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Sem dúvida.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - João Pessoa está com 6,49. É a quarta capital, Deputado Damião, com índice mais alto.

Aqui temos o *ranking* de Municípios acima de 200 mil habitantes com índices maiores. Podemos ver que Itabuna tem índice de 17,11. É um número bastante elevado. Está em primeiro lugar. Então, são esses os Municípios. Depois, os Deputados e as Deputadas podem olhar com mais calma.

Cariacica e Serra também têm índices muito elevados. Fortaleza nós já tínhamos verificado. Vemos aqui que há cidades do interior... Deputado Paulão, Arapiraca, por exemplo, no seu Estado — não é só o caso de Maceió, mas o de Arapiraca também —, tem um número elevado. E vemos que há índices elevados também em algumas cidades do interior do Paraná, como Cascavel e Colombo. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, nós temos com índice elevado Viamão, que é um Município da Região Metropolitana da Capital. Enfim, os dados são bastante elevados, como podemos ver.

Aqui temos um resumo dos riscos relativos. Quando comparamos homens e mulheres, o risco de um adolescente do sexo masculino ser vítima de homicídio é 11,92 vezes maior que o da adolescente do sexo feminino. O risco de morrer por arma de fogo é mais elevado do que outros meios 4,67 vezes. E aqui vem novamente um corte de raça, que revela mais uma vez a discriminação e o preconceito: é 2,96 maior o risco de o adolescente negro ser vítima de homicídio, em comparação com o adolescente branco.

E se olharmos os índices do adolescente negro do sexo masculino e do adolescente negro de maneira geral, veremos que eles têm os maiores riscos relativos de morte por arma de fogo. Vemos que o fenômeno está muito localizado



nas faixas mais jovens da população. O risco entre os jovens de 19 a 24 anos é maior do que o dos adolescentes. O jovem entre 19 e 24 anos tem 2,05 vezes mais risco de morte por arma de fogo do que o adolescente de 12 a 18 anos. Os índices abaixo de zero são relativamente os riscos menores. E os acima de 1, obviamente, os riscos maiores, comparativamente, ao adolescente entre 12 e 18 anos. Mas todos os números são sempre estarrecedores.

Um outro indicador que podemos utilizar, fruto de um trabalho que a Secretaria-Geral da Presidência faz junto com o Ministério da Justiça, é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência. Ele mensura a vulnerabilidade à violência entre adolescentes e jovens, aí, sim, dos 12 aos 29 anos, nas 27 Unidades da Federação.

Este ano foi feita uma divulgação, incluindo também a desigualdade racial. Então podemos acompanhar esses dados. As publicações, tanto do índice de vulnerabilidade à violência quanto do índice de vulnerabilidade à violência juvenil e desigualdade racial e do índice de homicídios de que eu falei antes, são acessíveis nos *sites* do Ministério da Justiça, da Secretaria-Geral da Presidência e da Secretaria de Direitos Humanos. É só entrar lá nas bibliotecas virtuais e se pode baixar gratuitamente, óbvio, essas publicações.

O que nos mostra o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial que foi divulgado recentemente? Mostra que o risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio, em relação ao jovem branco — aí estamos pegando de 12 a 29 anos —, é duas vezes e meia maior.

E ali temos a distribuição por Estados da Federação, onde a gente vê que na Paraíba, Deputado Damião, o seu Estado, o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio é, infelizmente, 13,4 vezes maior do que o de um jovem branco. E temos a distribuição por Estado. V.Exas. podem depois analisar com mais detalhes, Estado por Estado. Para a gente não demorar muito, eu vou passar adiante.

Bom, qual é o posicionamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República perante isso? E que iniciativas, ações, enfim, eventualmente vimos tomando ao longo dos anos em torno disso? Uma questão que eu já coloquei aqui é o índice de homicídios na adolescência, que organizamos com parceiros a que eu já fiz referência, como é o caso do UNICEF, do Observatório de Favelas e do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio





de Janeiro. E nós também publicamos o Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens; mais tarde eu vou fazer referência a ele.

Há uma outra coisa importante que já foi falada aqui, já foi tema de debate aqui na CPI. Nós tivemos aqui, esses dias, a presença da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Angelica Goulart, e do Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Paulo Maldos, que apresentaram à Comissão programas de proteção que nós temos no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, especificamente, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Então, não vou fazer referência, porque já foram, no âmbito da CPI, objeto de debates específicos os programas de proteção. Acho que foi semana passada, inclusive, ou semana retrasada.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Semana retrasada, não é? Apenas faço referência que temos esses programas de proteção.

Nós temos também o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal contra Crianças e Adolescentes. E participamos da construção do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, que está a cargo do Ministério da Justiça e em breve deverá ser apresentado, porque envolve uma pactuação com as Unidades da Federação. Estamos participando desse debate e, em breve, o Ministério da Justiça deve apresentar esse pacto nacional pela redução de homicídios em geral.

Outra estratégia importante é a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Então, há todo um conjunto de estratégias de proteção integral, junto com os entes federados, instituições da sociedade civil e outras instituições, como as Defensorias Públicas, o Ministério Público, enfim, um conjunto de instituições responsáveis pela proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.

Estou focando aqui, obviamente, criança e adolescente, porque é a área que está afeta à Secretaria de Direitos Humanos, na medida em que a parte da juventude entre os 18 anos e os 29 anos está mais vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, especificamente, à Secretaria Nacional da Juventude.



Nós temos uma agenda de convergência em grandes eventos e em grandes empreendimentos. Tivemos na Copa e vamos ter agora nas Olimpíadas e também em torno de grandes empreendimentos que impactam as comunidades locais. Há, portanto, toda uma agenda de convergência para prevenir exploração sexual, violência contra crianças e adolescentes, etc. Essa também é uma ação importante.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para os adolescentes em conflito com a lei é de responsabilidade dos entes federados, e não da União. Mas temos uma ação de cofinanciamento e uma ação de orientação. E esta Casa aprovou, em 2012, a Lei do SINASE, que precisa ser implementada.

Acho que esse é um tema importante também, Deputado Reginaldo e Deputada Rosângela, para que façamos um debate. A implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ainda é algo a ser realizado no Brasil. Não podemos dizer que todos os Estados o implementaram.

Nós ainda temos instituições do nosso Sistema de Atendimento Socioeducativo que são repetições do sistema prisional para adultos. Mas temos também, felizmente, excelentes experiências do SINASE pelo Brasil afora que devem servir de exemplo, inclusive, para outras instituições que atendem aos adolescentes em conflito com a lei.

A outra estratégia a que fiz referência é o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, através do Programa de Atenção Integral referenciado em um conjunto de ações, também partilhadas com entes federados e outros órgãos para poderem acontecer.

As ações envolvendo o projeto Escola que Protege e o PRONATEC, às quais inclusive a Ministra Eleonora já fez referência, são ações que o Ministério da Educação desenvolve.

Este é o Plano Juventude Viva. Quando o Ministro Rossetto vier aqui, S.Exa. deverá fazer referência a ele, portanto, não vou abordar o assunto. O Gabriel Medina já veio aqui e deve ter falado do Juventude Viva. Então, não há necessidade de falarmos sobre ele.

Estamos, no momento, na construção de um programa de acolhimento a familiares e vítimas de violência, um assunto já abordado aqui no que tange especificamente às mulheres. Isso ocorreu durante o período em que a Ministra



Eleonora Menicucci estava presente. Então, estamos debatendo internamente para tentar estabelecer um programa de acolhimento aos familiares de vítimas de violência. A rigor, hoje temos ações esparsas que precisam ser englobadas em um só plano.

Mais recentemente houve uma ação que a Ministra Ideli Salvatti realizou, antes de sair da Secretaria de Direitos Humanos. S.Exa. publicou uma portaria criando um grupo de trabalho para subsidiar a construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, um projeto que envolve vários Ministérios, mas também outras instituições como o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Segurança Pública, a Frente Nacional de Prefeitos e o UNICEF.

Esse grupo de trabalho está se reunindo para tentar subsidiar a construção do chamado Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

Eu queria fazer referência ao Guia Municipal de Prevenção à Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Trata-se de uma publicação dessa parceria à qual já fiz referência, com o Observatório de Favelas, o Laboratório de Análise de Violência e o UNICEF. E está disponível.

O objetivo é que os gestores locais possam seguir as orientações que o Guia apresenta, para o estabelecimento de um plano de redução da violência letal nos seus territórios. Qualquer estratégia de redução da violência letal contra crianças e adolescentes ou contra jovens vai ter que, necessariamente, ser uma estratégia local, a partir da realidade local.

Como eu havia dito, o plano de redução da violência tem como uma das ações a elaboração de indicadores a que fiz referência, mas os outros objetivos são: mobilizar e articular a sociedade em torno do tema da violência letal contra adolescentes e jovens e identificar, analisar e difundir metodologias que contribuam para a redução da violência letal contra adolescentes e jovens no Brasil.

Então, uma das ações que ajudam a difundir metodologias é justamente esse Guia Municipal.



O Guia Municipal estabelece várias etapas, desde a criação de um comitê gestor, passando por estratégias de sensibilização dos diversos atores envolvidos naquele território; atividades de capacitação e formação dos atores; elaboração de um diagnóstico local. Há outras etapas, mas não vou me deter nelas. Depois, os senhores podem pegar a publicação que, como falei, está disponível na nossa biblioteca virtual. Mas é uma ferramenta que auxilia os gestores e atores locais envolvidos na questão para elaborarem os diagnósticos no que diz respeito à violência letal contra crianças e adolescentes.

Depois, haverá a divulgação desse diagnóstico, a criação de comitês municipais de prevenção à violência letal, mecanismos de consulta à sociedade e, por fim, o alcance do objetivo de se criar um plano municipal de prevenção à violência letal. Então, acho que ali há um instrumento de difusão de boas práticas e de metodologias que podem auxiliar muito os gestores locais.

Eu gostaria de estimular os Deputados e Deputadas a, quando tiverem contato com Prefeitos, Prefeitas e gestores municipais, ajudarem-nos a divulgar o Guia, pois acredito que pode ser uma ferramenta importante para nos auxiliar no enfrentamento desse problema.

Falei um pouco aqui sobre a violência que se estabelece contra crianças, adolescentes e jovens. Vamos agora falar também do problema dos adolescentes em conflito com a lei, que muitas vezes produzem violência contra a população em geral, inclusive contra crianças e adolescentes.

Estes dados que tenho aqui são do nosso Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Este é o número de adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas. Ao contrário do que temos ouvido nos últimos períodos, nos meios de comunicação, felizmente, a ampla maioria dos adolescentes não está em conflito com a lei. Temos 201 milhões de pessoas no Brasil, sendo 26 milhões de adolescentes. Ou seja, 13% da população têm entre 12 e 18 anos. Mas o número de adolescentes que está sob medida socioeducativa com privação da liberdade e, portanto, cometeu um ato infracional com violência, ou com grave ameaça, ou é reincidente em atos infracionais é de apenas 0,08%. Esses estão cumprindo medidas socioeducativas porque cometeram um ato infracional com violência, com grave ameaça ou porque reiteraram atos infracionais. Vejam que o número é



pequeno. E mais: dentre esses, os que cometeram atos infracionais contra a vida — homicídio, latrocínio, etc. — representam apenas 0,01% do total.

Bom, há um problema grave no Brasil que não diz respeito só aos adolescentes: infelizmente, a maioria dos homicídios não são sequer esclarecidos. Mas, dentre aqueles que são esclarecidos, os crimes contra a vida e que, conseqüentemente, acabam levando ao internamento, ao contrário também do que algumas pessoas pensam, de que o adolescente não é preso, ele é preso; nós só usamos um eufemismo: em vez de dizer prisão, diz-se privação da liberdade, medida socioeducativa com privação da liberdade. Mas é uma prisão. Em vez de dizer que ele cometeu um crime, ele cometeu um ato infracional. Adotou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente outra terminologia, mas, na prática, é análoga a essas questões. E talvez sejam essas terminologias, inclusive, que dificultam a percepção, para uma parcela da população, de achar que eles são impunes. Então, essa própria terminologia... Como as pessoas estão acostumadas a falar em crime, prisão e criminoso, então não é adolescente em conflito com a lei, não é medida socioeducativa com privação de liberdade e não é... Enfim, a terminologia dificulta e facilita a confusão, vamos dizer assim. Não é crime, é ato infracional.

Então, eu acho que é uma grande tarefa também difundir as informações corretas. Mas, como vemos, os números daqueles casos que efetivamente são investigados, o número de adolescentes que está privado da liberdade por cometer crime contra a vida é muito baixo. Foram 3.860 adolescentes com privação de liberdade que cometeram crime ou ato infracional contra a vida.

O outro número ali embaixo é o de adolescentes que estão em medida socioeducativa com prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida; portanto, não estão internados. O número é um pouco maior, 88 mil adolescentes, mas também 0,33% dos adolescentes brasileiros. Então, é um número baixo. Mas é evidente que toda vez que um adolescente entra em conflito com a lei, mesmo que o número seja baixo, é uma grande preocupação para a sociedade e deve ser motivo de preocupação para todos nós.

Nós precisamos, obviamente, tentar reduzir essas questões. E todas as estatísticas mostram que, quando o adolescente, o jovem, a criança é alfabetizada na idade certa, não há defasagem na sua idade com o seu ano escolar. Teve acesso



à educação, ele comete menos ato infracional, ele não entra em conflito com a lei, ao contrário daqueles que estão em defasagem de série, que estudaram pouco, que se evadiram da escola, por ene situações. Já privados de vários direitos, acabam entrando em conflito com a lei e entram nesse mundo. Então, aquilo que a Ministra Eleonora dizia, “*educação, educação, educação*”, por mais lugar-comum que possa ser, precisa ser muito repetido, e esta é a grande estratégia, com certeza, em que nós podemos e devemos atuar.

O próximo eslaide mostra que tem crescido o número de adolescentes que vêm sofrendo internação. Aqui está se repetindo mais ou menos o que acontece no sistema prisional de adultos. A população carcerária tem aumentado, o número de presos tem aumentado, e o número de adolescentes em privação de liberdade também tem aumentado, seja com internação provisória, seja com internação ou semiliberdade. Vejam que todos os casos têm aumentado nos últimos anos: o azul é 2010, o vermelho é 2011, o verde é 2012 e o lilás é 2013. É uma escadinha. Tem aumentado o número de adolescentes internados.

Aqui são os atos infracionais. O número de atos infracionais é maior do que o número de adolescentes internados, porque alguns cometem mais de um ato infracional na mesma situação. Então, podemos ver que a ampla maioria deles foi privada de liberdade porque cometeu roubo ou tráfico de drogas. Roubo e tráfico, disparadamente, referem-se a um número maior de adolescentes. O homicídio vem em terceiro lugar, foram 2.205 os que cometeram homicídio.

Então, estes são os dados. Obviamente, nós respeitamos todas as opiniões em contrário, pois no regime democrático é assim, mas nós acreditamos que será um equívoco reduzir a maioria penal. (*Palmas.*) Se se reduzisse para todos os adolescentes, seria um grande, um grandíssimo equívoco, porque seriam colocados em prisões adolescentes que cometeram inclusive atos infracionais de baixo poder ofensivo à sociedade, de baixo risco à sociedade. Era a proposta que, inicialmente, estava sendo discutida. Ontem, votaram a proposta que é para crimes hediondos, o que também considero uma política equivocada, respeitando obviamente quem pensa em contrário. Mas achamos que isso, em vez de reduzir a violência e a criminalidade, terá efeito contrário.



Eu parto do seguinte pressuposto: acho que todos que estão envolvidos neste debate têm a intenção de querer reduzir a violência e a criminalidade, todos! As pessoas podem ter aqui remédios diferentes para isso, e, obviamente, nem todos estamos certos, alguém deve estar equivocado neste debate. Mas eu acredito que todos estão imbuídos da melhor das intenções. Acho que é desta forma que temos que fazer o debate. Mas todos os estudos — todos! —, não há nenhum estudo que demonstre que reduzir a maioria reduz a violência e a criminalidade. Agora, o contrário existe: estudos em vários países que reduziram a maioria, onde, em vez de diminuir, aumentou a violência; e alguns que diminuíram estão agora discutindo a volta da maioria para os 18 anos.

A maioria aos 18 anos é adotada na maioria dos países do mundo. A maioria dos países adota a maioria aos 18 anos. No Brasil é dos 12 aos 18 anos que se pode sofrer medida socioeducativa. Alguns países adotam a idade dos 14 aos 18 anos, têm um sistema diferente para o adolescente; outros, dos 10 aos 18 anos. Mas, em geral, a maioria dos países adota os 18 anos como maioria penal.

Então, sob esse ponto de vista, o que acontecerá?

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Permite-me um aparte, Ministro?

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Pois não, Deputado Jean.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Só há uma distinção que é básica e que muitos Deputados não fazem e muita gente não faz: a distinção entre idade infracional e idade penal.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - O Brasil é um dos países com a menor idade infracional.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Ou seja, uma criança com 12 anos que cometa um ato infracional não fica impune. Ela é alvo de uma medida socioeducativa. Então, as pessoas confundem as coisas.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - É tão comum esse equívoco que, outro dia, eu e o Ministro José Eduardo Cardozo estávamos numa reunião no gabinete do Vice-Presidente Michel Temer com Líderes de vários partidos, e lá havia uma tabela



que cometia esse equívoco, que colocava como se fosse a idade penal a idade infracional. Mas foi rapidamente esclarecido e...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Muita gente fala assim: “A Alemanha adota a idade penal de 14 anos.” Não é verdade; a idade infracional era 14 anos.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Exatamente. Alguns falam que na Inglaterra é 10, com o mesmo critério. Mas, enfim, é a confusão que as pessoas fazem e é importante esclarecer isso.

Nós achamos que, se colocarmos adolescentes de 16 anos para cima que cometam crimes hediondos em presídios de adultos, inevitavelmente eles entrarão para as facções do crime organizado ali dentro dos presídios. Isso é inevitável, até porque, se ele não fizer isso, vai sofrer muitas violações lá dentro. E ele vai fazer isso até como estratégia de defesa, uma estratégia de sobrevivência. E depois que ele entrar numa facção criminosa, todo mundo sabe que não tem mais saída. Quando sair, depois de ter cumprido a pena, ele vai obviamente continuar sendo soldado dessa facção. Então, nós achamos que é um equívoco.

E quero aqui alertar: como todos podem ver no gráfico, o envolvimento com o tráfico é a segunda maior causa de internação, e tráfico é equiparado a crime hediondo. Conseqüentemente, nós vamos ter aí adolescentes que são aviões do tráfico, que precisam, inclusive, de proteção do Estado para conseguir sair dessa situação, mas que serão colocados em presídios de adultos e continuarão aí, definitivamente, no mundo do crime.

Outra situação é a do usuário e do traficante. São ene situações de pessoas que são presas com pequenas quantidades de droga. São usuários, não são traficantes, porque a legislação não os diferencia. Será outro efeito grave dessa medida, adolescentes que nem são criminosos, mas poderão, aos 16 anos, ir para os presídios.

Poucos dias atrás, o Ministro Barroso deu uma decisão retirando da prisão um cidadão que tinha sido preso com 90, 70 ou 80 gramas de maconha. Era evidente o usuário, que precisa ter acesso a um tratamento para poder superar a sua condição de dependente, mas obviamente ele não é um criminoso que precisa ser levado para um presídio. Esse é outro efeito grave que nós teremos.





Então, queria alertar para isso. Como estamos aqui debatendo o tema da violência, da letalidade, eu acredito que, em vez de reduzir, nós estaríamos aumentando. Nós achamos muito mais apropriada a proposta que está sendo discutida no Senado em cima do projeto do Senador Serra, cujo Relator é o Senador Pimentel, que não reduz a maioria penal e aumenta o tempo de internação para crimes hediondos praticados com violência ou mediante grave ameaça, porque daí você livra a situação do tráfico. Obviamente, o tráfico tem que ser combatido, mas nós estamos pensando aqui no adolescente que teve envolvimento com o tráfico e é preciso que haja um olhar especial para ele e não só colocá-lo em uma prisão. Nós achamos que é menos danosa, digamos assim, essa proposta do que a que foi votada aqui, com todo respeito a quem votou favorável a ela.

Por fim, Deputado Reginaldo, eu queria concluir dizendo o seguinte: eu acho que algumas coisas, se a CPI se debruçar sobre elas e propor alterações na legislação, podem ajudar muito nesse ambiente de redução da violência e da letalidade contra jovens pobres e negros.

Uma das coisas que definitivamente precisamos fazer é federalizar a investigação dos crimes cometidos por grupos de extermínio. A federalização da investigação dos crimes de extermínio é fundamental. Eu não gosto de fazer nenhuma generalização; acho que temos que ter um profundo respeito pelos trabalhadores da segurança pública. Eu tenho profundo respeito por eles. Tenho amigos que são trabalhadores da área da segurança pública. A maioria dos trabalhadores da segurança pública são pessoas honradas, decentes, corretas, que aplicam os princípios adequados. Mas também existe violência institucional nas polícias, sabemos disso. Há setores das polícias que praticam graves violações dos direitos das pessoas, e, muitas vezes, nos grupos de extermínio, há o envolvimento de policiais. Por isso, eu acho que a federalização seria uma questão mais adequada.

Já foi falado aqui da questão dos autos de resistência, a Ministra Eleonora já falou, eu não vou repetir. Acho que seria muito grave se mudassem o Estatuto do Desarmamento, permitindo maior armamento das pessoas. A legislação permite que a pessoa possa ter arma e porte de arma, mas com critérios. Eu acho que os critérios que estão no Estatuto do Desarmamento são melhores do que mudar esses



critérios, e vejo que a arma de fogo é a principal causa. Acredito, então, que mudar a legislação só aumentaria o problema.

Eu não vou tocar nisto aqui, mas o Ministro José Eduardo Cardozo deverá vir aqui também e, quando ele vier, deverá falar da discussão que estamos fazendo sobre uma PEC tratando da questão da segurança pública.

Não há problema algum em colocar luzes sobre os problemas. Acho que precisamos saber que o Estado, no sentido amplo do termo, é um grave violador de direitos muitas vezes, mas precisamos fazer este debate, não tem como fugir dele.

Queria concluir, Deputado Reginaldo, Deputados e Deputadas, dizendo que, nos últimos anos, têm melhorado os indicadores econômicos e sociais. Se pegarmos só o que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi uma legislação de 1990, e pegarmos todos os indicadores econômicos e sociais de 1990 e compararmos com os indicadores de 2014, nós vamos ver que melhorou praticamente tudo, saúde, educação, renda, diminuição da pobreza, etc., embora ainda tenhamos muitos problemas econômicos e sociais no Brasil. Não quero aqui dizer que eles não existam. Os indicadores econômicos e sociais melhoraram, mas a violência aumentou, e isso merece uma profunda reflexão.

Nós precisamos definitivamente trabalhar a educação e a cultura em direitos humanos no Brasil, em todos os setores: nos órgãos públicos, nas polícias, nas escolas, na sociedade. Se as pessoas utilizassem o princípio fundamental... O princípio fundamental dos direitos humanos é reconhecer que o outro, que está ali à minha frente, é um sujeito portador de direitos tanto quanto eu; é não diferenciar, é saber que todos são iguais, mesmo que tenham diversidades entre si, religiosas, políticas, filosóficas, de raça, de orientação sexual, de identidade de gênero, enfim, mas aquela pessoa que está lá à minha frente é tão portadora de direitos quanto eu.

Se todo mundo pensasse assim, obviamente nós teríamos uma sociedade menos violenta, difundiríamos uma cultura de paz e de respeito à diversidade. Talvez tivéssemos menos violência, porque essa cultura está a ser construída no nosso País. Acho que ela não está adequadamente construída, nós precisamos construir isso. Se as pessoas vissem que o sujeito que está à sua frente é portador de direitos tanto quanto outra pessoa, com certeza haveria maior respeito, as pessoas respeitariam umas às outras, as pessoas protegeriam umas às outras, e



todos teriam um cuidado especial para fazer a defesa daqueles que mais precisam e que mais têm os seus direitos violados. Acho que essa cultura precisa ser construída no País.

Obrigado, Deputado Reginaldo. Eu fico à disposição. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Ministro Pepe Vargas.

Vamos passar a palavra aos próximos oradores. O Deputado Delegado Edson Moreira não está presente. Então, com a palavra o Deputado Bacelar.

**O SR. DEPUTADO BACELAR** - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, Sra. Relatora, Deputada Rosangela Gomes, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar, já agradecendo, o Sr. Ministro pela esclarecedora exposição. Reconheço que, nos últimos 10 anos, houve expressivos avanços na área dos direitos humanos. A ampliação da escolaridade, a ampliação da qualificação, a ampliação da cidadania dos jovens são fatos inegáveis, e os números mostram isso.

Há ainda inúmeros fatores que impedem o desenvolvimento da população jovem, principalmente da população jovem negra e pobre. Mas, Sr. Ministro, acho que o Governo está indo no caminho certo para superar tais fatores.

Temos agora um grave problema. Não adianta a federalização dos crimes de extermínio, não adianta acabar com os tais autos de resistência, não adiantam os esforços que a CPI está fazendo, se passar a redução da maioria penal. A redução da maioria penal é uma medida que não responde aos desafios da juventude brasileira e, principalmente, da juventude negra, Sr. Ministro.

Faço um apelo pessoal, político e até como cidadão. O Governo tem maioria nesta Casa, quando é para aprovar um ajuste fiscal, quando é para aprovar no Senado o nome de um Ministro do STF, quando é para organizar a administração pública. O Governo precisa entrar firme com a sua base nesta Casa para que essa lei que foi aprovada na Comissão Especial não avance, porque ela é a condenação antecipada do jovem negro. Quem é que vai ser condenado com a redução da maioria penal? É aquele que não corresponde aos padrões idealizados de branco, bem vestido, assalariado e trabalhador com carteira assinada. E quem não corresponde a esse perfil no Brasil, Sr. Ministro, é o jovem negro.



Por isso, o Governo deveria entrar com uma proposta alternativa — como V.Exa. disse, cada um tem uma. A alternativa do Governador do Estado de São Paulo é a melhor: amplie-se o tempo de internamento desse jovem nas casas socioeducativas, e, se ele atingir os 18 anos, tudo bem, que aí vá para uma penitenciária. Mas com o crime equiparado, quem vai para a cadeia? O pequeno traficante, o pequeno avião.

É isso, Sr. Ministro, infelizmente, que a Câmara dos Deputados está vendendo à sociedade brasileira como solução para a violência. Mas isso vai agravar a violência e condenar 60% da juventude brasileira, principalmente adolescentes, à criminalidade.

Sr. Ministro, quero parabenizá-lo, desejar-lhe sucesso e fazer este apelo: que o Governo entre firme nessa questão como entra quando o assunto é ajuste fiscal, quando o assunto é de ordem econômica e financeira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, Ministro Pepe, eu gostaria de iniciar perguntando ao Ministro se poderia me fornecer o índice de mortes de jovens brancos e negros no Rio Grande do Sul, o seu Estado. O senhor tem em mãos esse dado?

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - No Rio Grande do Sul?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sim.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - No Rio Grande do Sul é de 2,51.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Mas de quê?

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Índice de homicídios de adolescentes em cada ano.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Dois ponto um...

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - É a metodologia do índice de homicídios: 2,51.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Mas 2,51 para mil? De negro ou de branco?

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - A média é de jovens adolescentes.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Não. Mas eu queria que o senhor me desse o índice de negros e brancos.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Eu não tenho aqui comigo, Deputado, o índice de violência juvenil com recorte completo, mas posso encaminhar depois, sem problema nenhum, a publicação inteira inclusive. Aqui comigo não existe esse dado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Já que o senhor não tem os dados do Rio Grande do Sul em relação a jovens vítimas — estou falando de jovens vítimas, negros e brancos, do Rio Grande do Sul —, numa das Comissões, aqui esteve...

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Eu não sei se alguém da nossa assessoria tem esse dado. O senhor quer ver a diferença entre os jovens negros mortos, vítimas, e brancos, no Rio Grande do Sul. Nós podemos conseguir o dado do índice de violência juvenil para o senhor assim que o tivermos, a nossa assessoria vai atrás.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Mas, enquanto a sua assessoria não consegue, eu vou mostrar os dados de Santa Catarina. Havia, numa sessão passada, um índice muito diferente de morte entre jovens negros e brancos. Eu diria que é até assustadora a diferença entre jovens brancos que morrem em relação aos jovens negros em Santa Catarina.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - O senhor está falando da diferença?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Da diferença.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - O.k.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Eu perguntaria se, nessa questão de Santa Catarina — e com certeza no seu Estado também vai existir essa diferença —, o senhor consideraria um genocídio, em relação aos brancos, essas mortes muito maiores de brancos — em Santa Catarina e provavelmente no seu Estado também.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Eu considero um extermínio, sim, sem sombra de dúvidas.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - De brancos?



**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Extermínio de negros, mais do que de brancos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Mas mesmo sendo bem menor o número de negros do que o de brancos?

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Mas o senhor tem que considerar que, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a população negra é muito menor que a população branca.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Era isso o que eu queria ouvir do senhor, porque, no resto do Brasil, a população negra, considerando os pardos, é muito maior do que a de brancos.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Mas Deputado, com todo o respeito, veja bem: compare Estado por Estado a relação branco/negro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - O resto do Brasil, tirando...

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Com todo o respeito, eu acho que o seu raciocínio está equivocado. Eu respeito a sua...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Com todo o respeito, Sr. Ministro, o meu raciocínio está certo. O resto do Brasil, tirando os Estados do Sul, é eminentemente de cor escura. Disso, qualquer criança fora daqui sabe. Todos!

Então, eu só quero aqui descaracterizar a questão de genocídio que alguns aqui dentro desta Comissão tentam plantar perante toda a Comissão.

Mas eu gostaria de dizer, Sr. Ministro, que aqui foi dito, além da questão das mortes de jovens... Eu costumo dizer que quem morre são os jovens neste País, mas não existe genocídio. Os jovens morrem por questão de desagregação familiar, por falta de políticas públicas e, exatamente em consequência dessas coisas, envolvimento com o tráfico e com o crime. É isso o que leva à morte. Mas, como foram discutidas as questões do auto de resistência e da redução da maioria, eu queria apresentar aqui um dado.

No Brasil, são 23 mil jovens adolescentes recolhidos. Só no Estado de São Paulo estão 10 mil, Sr. Ministro. Desses 10 mil, 74% — são dados de uma reportagem baseada em um estudo fornecido pelo Promotor da Infância e da Adolescência de São Paulo — tinham 16 anos ou mais quando cometeram os seus crimes. Desses 74%, diferente do dado que V.Exa. colocou aí, de 0,01% — e eu



questiono sempre, não consigo ver a fonte palpável dessa pesquisa —, aqui diz o próprio promotor que vive e que está lá dentro dos setores onde os menores ficam, que tem o controle desses menores, 2,5%, só em São Paulo, dos crimes cometidos pelos menores são hediondos, como homicídios qualificados, latrocínio e estupro. Então, é bem diferente da realidade que, muitas vezes, é trazida para cá.

Qual o meu tempo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Um minuto para concluir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Um minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Já foram cinco. Eu estou dando 1 minuto para concluir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Um estudioso de Chicago diz, Sr. Ministro, que saber que vai para a cadeia por um longo tempo intimida igualmente jovens e adultos com intenções criminosas. Isso parece indicar que Levitt, o estudioso, recomenda, sem hesitação, que os menores sejam punidos exatamente como os adultos infratores e que isso seja usado não para encarcerar os mais jovens, mas para dissuadi-los de praticar crimes.

E, com todo o respeito ao posicionamento do colega que me antecedeu, de que jovens vão para a cadeia por crimes de tráfico pequeno e de besteira que a redução da maioria não deve passar, ressalto o caso dessa jovem aqui e de mais três que com ela, lá no Piauí, foram estupradas por mais de 2 horas, tiveram o bico dos seus seios arrancados, foram espancadas e jogadas de um penhasco. Eu acho que isso aqui não foi feito por jovem que não sabia o que estava fazendo e que não deve ir para a cadeia. O meu posicionamento é bem firme de que eles devem, sim, ir para a cadeia, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Deputado Reginaldo Lopes, só 1 minutinho. Eu achei a estatística que o Deputado Delegado Éder Mauro estava solicitando.

No Rio Grande do Sul, o risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco é 1,7 vezes maior. E, em Santa Catarina, o risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio é 1,4 vezes maior do que um jovem branco.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Então, eu gostaria até que o senhor me fornecesse a sua fonte para eu poder contrapor a pessoa, que é de Santa Catarina e trouxe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Éder Mauro, vamos garantir que...

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Os dados, Deputado Delegado Éder Mauro, são do sistema de informações de mortalidade do DATASUS, são dados disponíveis. Esse estudo foi feito pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Faço questão de conseguir uma publicação integral para V.Exa. poder analisar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Eu gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - De fato, se aplicarmos, Deputado Delegado Éder Mauro, a proporção de negros, no Estado de Santa Catarina, que é 16%, comparado o índice de violência, a partir do mapa, que é de 2,2 para cada 100 mil, e os brancos, que são, na totalidade, 7,9, tirando os 2,2, o jovem negro, em Santa Catarina, continua com a possibilidade maior, que é 1,4. Não está tão gritante igual a vários Estados, que é de 1 para 19 ou de 1 para 20, como inclusive o Estado de V.Exa., mas o Estado de Santa Catarina passa a ter 1,4; não é próximo, mas é superior, porque, como a população é menor, é evidente que, na totalidade, é menor, mas proporcionalmente é maior.

Esses foram os dados que o Secretário de Segurança apresentou na terça-feira: 2,2 e 7,9 da população total. Mas vamos, depois, detalhar. Vamos buscar as informações. Assumo o compromisso de passa-las a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Paulão. Depois, Deputada Benedita da Silva.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, Sra. Relatora, primeiro, eu queria parabenizar, mais uma vez, esta CPI e, ao mesmo tempo, parabenizar a Ministra Eleonora. Tive oportunidade de ouvi-la em parte e propositalmente não fiz intervenção por causa de sua agenda. Quero parabenizar o Ministro Pepe Vargas e levantar alguns pontos aqui importantes, Sr. Presidente.

Primeiro, resalto a importância da CPI. Quando fazemos um debate, alguns integrantes tentam desqualificar a importância da CPI. Verificamos a importância que teve esta CPI de colocar na agenda pública essa temática.





Temos que avaliar a reflexão do Ministro Pepe com muito carinho. Nesses últimos anos, melhorou a distribuição de renda. Políticas públicas chegaram a locais onde até então o Estado não estava presente, e, no entanto, aumentou a violência. Esse paradigma, temos que analisar com muita calma.

Outra questão é estatística, são números de entidades que têm uma relação em nível internacional e nacional. Em que o questionamento contribui? Teríamos que nos aprofundar nesse dilema que o Ministro deixou para esta Comissão: como ter aqui uma legislação mais proativa.

Essa reflexão do Deputado Bacelar, sem dúvida nenhuma, é importante, Ministro Pepe Vargas. Existe o esforço do Governo em determinadas matérias, então, que passe a ser prioridade essa agenda fundamental, eu diria com mais ênfase.

É fundamental também que a própria sociedade assimile e adote essa temática. Isso é fundamental, para podermos aqui ter um processo de fora para dentro. Então, é preciso discutir essa estatística, essa realidade em relação a jovens negros.

O Ministro Pepe levanta a questão, traduzindo o grande debate de causa e de efeito, da importância dos investimentos em políticas públicas, como educação e cultura, principalmente para a juventude.

Verifica-se que é fundamental ter segurança pública, mas os gastos que estão sendo alocados para a área a cada ano aumentam, e não se consegue diminuir a violência. Esse é outro paradigma que tem de ser levantado. Se não houver um foco, uma sinergia entre os entes federados e a sociedade civil, principalmente na questão da cultura, acredito que vamos ficar enxugando gelo — principalmente na área de segurança.

Essa dicotomia interna, que muitas vezes há na Comissão, não contribui para alternativas e saídas, que é uma expectativa grande da sociedade. Claro que não será a panaceia, mas é preciso que esta CPI apresente pontos importantes para o Executivo e também para o Legislativo.

Então, parabênzo o Ministro Pepe Vargas pela sua reflexão. Quero me associar ao Deputado Bacelar quando fala que o Governo deve adotar essa agenda, no sentido de discutir com a base aliada sobre temas caros, importantes, que não



contribuem para o processo civilizatório, a exemplo da redução da maioria penal; sobre os autos da resistência serem implantados. É preciso ser desmontado esse processo com rapidez, para fortalecer o Estado Democrático de Direito, que é um conjunto fundamental, além do contraditório e da ampla defesa. Verificamos a resistência de uma parte de segmentos da área de segurança, na minha visão, de uma forma equivocada, porque o bom profissional, o profissional que tem uma relação cidadã, que tem compromisso com a sociedade não tem medo dos autos de resistência. Então, é também um projeto a que esta Casa deve dar celeridade, e a ação do Governo Federal sobre isso é necessária.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, Sra. Relatora, Deputada Rosângela Gomes, quero cumprimentar o Sr. Ministro Pepe Vargas, dizer mais uma vez ao nosso Presidente que, sem dúvida, esta CPI é, neste momento, nesta Casa, o que eu posso considerar a mais relevante, a mais humana nas tratativas que aqui têm sido feitas, aprofundando um debate que considero de suma importância sobre o levantamento da violência contra jovens negros e pobres e uma das dificuldades que temos em fazer um debate, Ministro, dos direitos humanos. E aqui se trata também de fazer esse debate dos direitos humanos.

Ministro, é muito importante não penalizar um adolescente com 16 anos da mesma forma que um adulto; colocá-lo em um presídio junto com adultos, onde há verdadeiras facções que agem dentro e fora dos presídios é condená-lo à eterna continuidade da cadeia de marginalidade.

Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sr. Ministro, imaginem a situação de um jovem de 16 anos que não é negro, não é pobre e é apanhando com uma quantidade de maconha ou de cocaína que se considera não só para uso próprio. Ele vai para o presídio. É para esse presídio que esse menino educado, não negro, de família de bem, vai.

Eu chamo atenção para essa possibilidade porque, no afã de dar uma resposta imediata à sociedade, nós estamos cometendo equívoco sobre equívoco.



Primeiro porque quem vai para a cadeia é o filho do pobre, do negro, da negra. Como disse aqui o Deputado Bacelar, não há dúvida de que será assim, é histórico. Eu estou aqui com um documento de 1998, ouvindo Siro Darlan e outros; o discurso é o mesmo.

Ficou comprovado que quem está abarrotando as cadeias hoje são negros. E mesmo nessas instituições que temos hoje e não tínhamos anteriormente — o Estado do Rio de Janeiro chegou a colocar esses adolescentes em conflito com a lei nos mesmos presídios de adultos e houve um levante no Estado para que fossem criadas essas instituições —, nós estamos vendo que é um equívoco, mesmo a intenção de aumentar a pena para o menor infrator que comete crime hediondo.

Eu sou inteiramente favorável a que se faça uma leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta Casa, antes de propor qualquer mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente e na redução da maioridade penal, a que sou inteiramente contra, precisa olhar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não tenho *expertise*, Sr. Ministro, mas, segundo esta Casa e juízes já consultados, nós vamos colocar esses adolescentes em conflito com a lei com uma pena maior do que a de muitos adultos que aí estão protegidos pela lei, que, se tiverem bom comportamento, saem antes do cumprimento da prisão, têm o tempo de internação reduzido, por vários benefícios.

Como é que vamos imputar a esse jovem mais um aumento de pena no caso de crime hediondo? Vamos observar o que está sendo proposto para o caso de prática de crime hediondo por menores, por adolescentes. Não é uma questão numérica, o Ministro já disse que atrás dos números existem pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Estou concluindo, Sr. Presidente. É preciso chamar atenção para isso. Nós precisamos, em relação às medidas já previstas, de acolhimento, considerar a importância de nós termos instituições que reintegrem esses jovens e adolescentes à sociedade. Eu quero mais uma vez apelar aos membros desta Casa que leiam o Estatuto da Criança e do Adolescente, item por item, artigo por artigo, debatam o Estatuto da Criança e do Adolescente. Depois vamos fazer essa discussão sobre a redução da maioridade



penal, que eu não aceito. Não estou convencida de que temos realmente que alterar essa questão da maioria penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que acho importante estarmos trazendo a esta Comissão especialistas, pessoas do Governo que estão trabalhando nessa linha com pesquisas permanentes, com levantamentos e com estudos importantes para a elucidação desse grande — eu diria — *apartheid* urbano e rural de jovens negros e pobres.

O escritor Sergio Carvalho Santos, de Salvador, Bahia, lançou uma obra, intitulada *Guetos*, em que ele fala da juventude, da realidade social da juventude negra, que vive cercada por tráfico, desemprego, violência, racismo e pobreza. Eu não sei se alguém já convidou o Sergio para participar desta CPI. Se não, vou apresentar requerimento para que ele venha nos trazer sua experiência. São guetos onde ou o jovem se integra ao narcotráfico ou a outras vertentes do crime ou morre. E essa máxima nós verificamos não apenas na Bahia, embora o livro trate mais largamente da situação da Bahia. Nós consideramos importante aprofundarmos cada vez mais o exame dessa situação.

Nós verificamos também que as políticas públicas que estão sendo implementadas necessitam enfrentar um problema ideológico: o ódio, que se sedimenta e cresce. É um aspecto que a educação precisa trabalhar, bem como a Comissão de Direitos Humanos. Há um ódio racial, ou seja, já se olha para o negro como um elemento e não um cidadão que merece respeito. Nesse aspecto, acho que a ação do Ministro Pepe Vargas e de outros Ministros é importante.

Acho que entre as diversas conferências já existentes, Ministro, é necessário incluir uma conferência específica sobre esse tema. Claro, ela deve abarcar toda a juventude, mas precisamos ver como estamos na relação com a juventude negra, pobre. Ou seja, precisamos cuidar de toda a juventude, mas dando ênfase a essa questão.

Sr. Presidente, há nesta Casa um grupo que toda vez que falamos do auto de resistência tem uma reação profunda. Agora conseguiram aprovar outra lei, votada



nesta Casa e no Senado, que considera hediondo crime praticado contra policial. Por que o receio de dizer que quando há morte de policial é porque ele ou alguém resistiu? Como se esperar que alguém que está sendo torturado, espancado, maltratado, violentado não tenha qualquer tipo de reação? E a reação é morte instantânea.

Eu gostaria que nós pudéssemos trabalhar efetivamente esse tema, que, sempre que discutido, causa reação, resiste-se a sua votação, ou seja, são dois pesos e duas medidas.

Um dado que chama atenção: o número de policiais mortos quando estão em serviço não é maior do que quando estão fora de serviço ou não há informação sobre as razões da morte. O fato é que o policial deveria ter um salário digno para não precisar fazer “bico”, assumir outro trabalho. Ou seja, a atividade dele deveria ser uma atividade de Estado, e ser reconhecida com todas as condições para que ele estivesse plenamente disponível para assegurar a ordem e a tranquilidade da população.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Com a palavra o Deputado Celso Jacob.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Deputado Reginaldo Lopes, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes pela condução da CPI, que está acumulando grandes conhecimentos sobre o assunto. Esta CPI está fazendo um trabalho sério, estamos levantando muitos dados, fazendo muitas audiências, e o final disso tudo vai realmente ser interessante. Espero que esta Casa se utilize dos resultados do trabalho árduo que está sendo feito por esta Comissão.

Deputada Benedita da Silva, o Desembargador Sérgio, na *Cultura*, ontem, falou sobre o ECA. Ele disse que as pessoas estão discutindo um assunto da importância da redução da maioria penal sem conhecer o ECA. Eu quero reforçar a sua fala. Ele explanou bem. Seria interessante pedir uma mídia contendo tudo o que ele disse, porque ele foi muito didático — como profissional da área, ele pôde explicar melhor essa sua fala. Só queria reforçar o que V.Exa. disse.



Sr. Presidente, Ministro, o senhor falou de uns programas interessantes que eu fui ver aí. Eu queria que depois o senhor explicasse melhor como chegam aos Estados e Municípios essas ações do Governo. E gostaria de ouvir os dados que o senhor tem. É muito grave. Quer dizer, essas ações do Governo, através desses programas, como chegam aos Estados, aos Municípios, como está a eficiência disso? É preciso que isso entre cada vez mais nas nossas comunidades para tentar reverter esse quadro. A grande discussão aqui é sobre a manutenção ou não da maioria penal em 18. Essa é uma discussão apaixonada, não racional. Ela não está equilibrada. Aqui eu vejo pessoas desesperadas por aumentar e por reduzir a maioria penal como está. Precisamos de ações importantes do Governo. E falo de todos os Governos, porque essa história está há 20 anos nesta Casa, mas desde que eu nasci há o problema da violência, da violência contra o pobre, contra o negro, contra o trabalhador. Essa história não é nova. É preciso que haja ações do Governo, ações educacionais. Como nós vamos coibir essa violência? Como nós vamos agir na favela contra o tráfico, contra a economia do tráfico, que é forte? Essas ações vão dar respostas muito mais importantes do que reduzir ou não reduzir a maioria penal. Agora, as distorções estão aí. Não podemos fazer lei movidos pela emoção. *“Eu quero baixar para 16 porque eu tenho um caso lá na minha cidade em que um menor fez isso aqui.” “Quero aumentar porque tem um caso em que o policial matou.”*

Eu acho que as coisas aqui estão sendo tratadas de modo muito banal. Banalizam a morte do policial. Há maus policiais, mas há bons policiais. Estão morrendo em serviço. Agora, para isso tudo, para essas causas todas é preciso ação de governo. Quando eu falo em governo, esqueçam que eu estou falando do Governo Dilma. Não, é governo. Há que haver ações de governo educacionais e efetivas de combate à violência, para tirar o jovem desse estado ruim, desenvolver essas ações sociais para que ele consiga vencer o tráfico. O nosso grande desafio nas favelas, nos aglomerados é a ação do tráfico economicamente, o poder econômico e o poder persuasivo. A pessoa ou fica a favor do tráfico ou morre. Ou então ela tem que se mudar de lá.



A essas ações todas estamos assistindo e a Casa parou nesta discussão: reduzir para 16 ou manter em 18. Essa é a nossa única ação? Não. Nós temos que ter outras ações.

Eu estou vendo esses programas. Nós podemos aprofundar a discussão, valorizá-la mais. Mas não tem valor discutir educação. Tem valor reduzir ou manter a maioria penal. Isso dá mídia. É uma pena que esteja nesse nível o debate hoje. Nós estamos desesperados! Temos de votar essa matéria nesta semana ou no máximo na semana que vem, como se fôssemos, com isso, resolver o problema. Não vamos resolver problema nenhum reduzindo a maioria penal para 16 anos se não inserirmos na agenda o problema real, que é atacar o tráfico nas favelas com poder econômico e com ações efetivas de governo. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Celso Jacob.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys. Depois falará o Deputado Bebeto.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sr. Presidente, Sr. Ministro Pepe Vargas, no debate recente em torno da redução da maioria penal aqui, na Câmara dos Deputados, o que mais me tocou foi ter ouvido o depoimento do Vereador Ari Friedenbach, pai da vítima de um homicídio emblemático utilizado pelas pessoas que defendem a redução da maioria penal neste País, o caso do adolescente Champinha, que assassinou a filha e o namorado da filha dele. Esse homem, que tinha todos os motivos para buscar a solução biográfica a partir da sua experiência dolorosa, ouviu argumentos, abriu o seu conhecimento e hoje propõe solução sistêmica, e não biográfica.

A postura do Vereador Ari me tocou porque mostra quão fundamental para um debate honesto, sério, pautado no discernimento é que nos abramos ao conhecimento, que nos abramos ao que as pessoas têm a contribuir. Pessoas que se dedicaram a estudos, a causas, têm a contribuir para o debate. Senão ficaremos no sistema de vingança, sem partir para a justiça.

Quase sempre as pessoas evocam casos específicos. Para justificar uma legislação vão atrás de casos específicos e não de uma situação sistêmica, conjuntural, histórica. Isso é um equívoco. Aliás, o que eu mais tenho ouvido é: “Por



que você não leva para casa?” Isso é argumento que se levante em um debate político? Não é argumento.

Estou dizendo isso porque numa das primeiras audiências que fizemos na CPI nós trouxemos o Julio Jacobo para nos apresentar o *Mapa da Violência*. O *Mapa da Violência* é feito a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM, do DATASUS. E o *Mapa da Violência* traça um quadro claro. Eu vou trazer os dados de novo aqui.

O estudo mostra que os homicídios são hoje a principal causa da morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil — ou seja, os jovens estão mais morrendo do que matando — e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Esses dados dizem que, dos 56.337 homicídios ocorridos em 2012, 30.072 — mais da metade —, o equivalente a 53,37%, são jovens. E, desse total de jovens, 77% são negros e pardos.

São dados incontestáveis. Ainda que em Estados específicos onde a população negra é menor do que a população branca, em números absolutos, morram mais jovens, proporcionalmente o risco de um jovem morrer é maior. Contra esses fatos não há argumentos. As pessoas quererem negar o corte racial óbvio do extermínio da juventude no Brasil é um equívoco. É um equívoco! Então, temos que nos abrir para o conhecimento. Não podemos vir para cá afirmar senso comum, afirmar experiência individual e pessoal contra o que a CPI propõe, que é ouvir diferentes vozes — a CPI tem ouvido diferentes vozes: criminologistas, juristas, cientistas sociais, cientistas políticos, antropólogos, sociólogos, movimentos sociais e gestores públicos das Polícias Civil e Militar.

Então, temos que nos abrir ao conhecimento. Caso contrário, perde-se o propósito da CPI.

Era isso. Obrigado, Ministro Pepe Vargas, por vir aqui dar sua contribuição como gestor público, agora à frente da Secretaria de Direitos Humanos, que pode ter muitos problemas para enfrentar, mas eu acompanho de perto o trabalho. Antes de V.Exa. ocupar esse cargo, eu já acompanhava, na época da Ministra Maria do Rosário, depois Ideli Salvatti, e agora com V.Exa., e vejo os esforços que a Secretaria faz para enfrentar essa questão. Não é uma questão simples. Não é uma





questão simples, é complexa! E nós queremos dar a nossa contribuição como Parlamento, a partir desta CPI, que — aí eu concordo com a Deputada Benedita da Silva — é o que há de mais significativo acontecendo nesta Casa.

Não podemos deixar que nesta CPI prevaleça o baixo nível, haja rebaixamento do debate político, como aconteceu na Comissão que discutiu a redução da maioria penal, em que as pessoas não ouviam mais argumentos. Elas nos xingavam cada vez que evocávamos um argumento contrário à redução da maioria penal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Bebeto.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, caro Ministro Pepe Vargas, acho que as contribuições trazidas por V.Exa., na avaliação não só do *Mapa da Violência*, mas também do papel que devemos dedicar à preservação dos direitos humanos, é algo extremamente importante. Mas, mais do que isso, V.Exa., como gestor público, reconhece que nessa trajetória histórica do racismo no Brasil ainda hoje há elementos que permanecem, tornando imperioso o Estado compreender, ressignificar a sua atuação de modo que nós possamos atuar no combate à institucionalização do racismo, que ainda hoje impregna diversos espaços de poder neste País. Esse é um elemento central.

Na semana passada nós tivemos oportunidade de ouvir aqui agentes da segurança pública. Causou-me grande surpresa a fala de um coronel que, dizendo estar falando em nome próprio, evocou a ideia de que era preciso esta Casa adotar a diminuição da maioria penal como remédio para conter a violência. Inclusive, nós cobramos isso do Governador, porque ele estava aqui em nome do Estado. Ora, se ele, na condição de Comandante, tem essa posição, imaginem como vão agir os seus comandados.

Portanto, acho que não é algo menor, em relação a que nós devemos intensificar o debate. E o Estado pode contribuir, assim como fez quando houve o reconhecimento, na Conferência de Doha, da existência do racismo. É preciso reconhecer também que no *Mapa da Violência*, com os dados que têm sido



apresentados, quer por pesquisadores — o próprio Estado reconhece —, a incidência da letalidade é maior sobre jovens negros e pobres. Há o reconhecimento trazido por V.Exa. de que é preciso dar um passo a mais para termos um conjunto de políticas públicas para produzir no interior da máquina pública essas mudanças. Para nós é extremamente importante ver V.Exa. tratar desse tema aqui.

Mas nos preocupa ainda a posição, em cada audiência, dos que querem deslegitimar a ideia de que a violência incide sobre o jovem negro e pobre tentando forjar um paralelismo entre o nível da letalidade, como aqui foi feito para um jovem no Estado do Rio Grande do Sul ou Paraná, na tentativa de deslegitimar o debate que nós estamos fazendo aqui, não para efeito de criminalização, como muitos fazem. Quando nós defendemos os direitos humanos, tentam criminalizar os que agem no sentido de proteger a sociedade. Mas aqui nós estamos assistindo a uma tentativa, Deputada Erika Kokay, de deslegitimar os dados que estão sendo apresentados pelo Estado, pesquisas realizadas pelas universidades e organismos internacionais para diminuir ou não levar em consideração que essa violência, inclusive a violência praticada por agentes de segurança pública neste País, é contra jovens negros e pobres mesmo. Não podemos justificar essa realidade. Se todos nós, com equilíbrio — como estamos fazendo nesta Comissão —, com tranquilidade, com transparência, construirmos um caminho para proteger a nossa juventude pobre e negra, estaremos prestando um serviço enorme à sociedade brasileira.

É nessas circunstâncias que nós queremos aqui dizer da nossa alegria de ouvir os dados e, sobretudo, as preocupações trazidas por V.Exa. e concordar com o Deputado Jean Wyllys e com o Deputado Bacelar: esse esforço que estamos fazendo para apontar caminhos, soluções, precisa também ser enfrentado por esta Casa no que tange à assombrosa medida adotada para a diminuição da maioria penal, porque, sem sombra de dúvida, se ela for aprovada pela Câmara, obviamente, vai aumentar muito o número de crimes cometidos contra jovens negros, porque, se nós formos verificar as áreas embranquecidas, enegrecidas em qualquer estudo que se realize — e os urbanistas e ativistas de movimentos sociais fazem isso —, a incidência, até pela própria forma com que os agentes de segurança chegam a essas áreas enegrecidas, porque lá as pessoas são pobres, de forma completamente diferente das verificadas nas áreas embranquecidas.



Se essa proposta passar nesta Casa, creio que aumentará a violência contra a juventude. E nós não queremos isso. Nós não queremos mudar o problema de lugar. Nós queremos que a nossa juventude tenha oportunidade, pela educação, pela cultura, pela saúde, de ter um futuro decente.

Portanto, Ministro, é importante considerarmos esse aspecto do racismo institucional como um problema a ser superado pela máquina pública brasileira.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosangela Gomes) - Obrigada, Deputado Bebeto, pelas suas considerações.

Passo a palavra ao Deputado Dr. Jorge Silva.

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - Quero cumprimentar a nossa Relatora, interinamente ocupando a presidência da reunião.

Quero reforçar a importância desta CPI e, mais uma vez, dizer que nós estamos no caminho certo. Nós não podemos perder essa linha de raciocínio da importância das dificuldades encontradas, das viagens feitas Brasil a fora, das dificuldades de convocação de pessoas para esta Comissão. Então, acho que nós temos que ter isso muito claro.

Cumprimento ao Ministro Pepe Vargas e a Ministra que passou por aqui. Eu não tenho dúvida de que o aspecto histórico da nossa sociedade, do ponto de vista da escravidão, do ponto de vista da saída da escravidão, da evolução da construção da sociedade brasileira, tem reflexos importantes nos índices de violência em relação à juventude, principalmente a juventude negra, a juventude pobre, que reside, na sua grande maioria, nas periferias do País.

Porém, eu acho que temos de avaliar muito bem que essa população está excluída. Hoje, quando falamos em violência, a violência está nas periferias; na hora em que vamos às periferias, principalmente nós, homens públicos, políticos que participamos de um processo eleitoral, que temos a oportunidade de, durante o processo eleitoral, frequentar as periferias, os bairros mais simples, mais humildes, vemos lá a falta de moradia, a falta de saneamento básico, a falta de creche, a falta de escola, a falta de saúde de qualidade. O País avançou? Sem sombra de dúvida. Não podemos negar isso. Porém, estamos muito longe de alcançar índices que signifiquem a existência de um equilíbrio social.



Nós comemoramos, anteontem, em audiência pública, 1 ano da instituição do piso salarial dos agentes comunitários de saúde, Ministro. V.Exa., como profissional da área de saúde, sabe a importância dos agentes comunitários, dos agentes de combate às endemias para o País. Não há como fazer saúde pública sem a presença dessas pessoas. Eu já tinha essa experiência na minha cidade, no meu Estado do Espírito Santo. Ontem eu conversei com uma agente comunitária de 23 anos de história, lá do Maranhão. Ela está lá na ponta, conhece a realidade da ponta. Eles chegavam às casas e choravam junto com aquelas pessoas, que estavam comendo farinha com sal, fubá com sal; os filhos, chorando de fome.

O Brasil avançou. Eles dizem isso. Os números mostram isso. Lá no Espírito Santo eu conversei e vejo a experiência dos agentes comunitários com esse discurso, com essa fala, os filhos de pessoas que tinham bolsa família que hoje estão chegando à universidade.

Então, nós não podemos deixar de reconhecer esse avanço que houve no País, mas reconhecendo que estamos longe da situação ideal. Eu comparo, Ministro, o Brasil com um atleta, um corredor cujo tempo ideal seria o de 10 segundos, mas ele está ainda no tempo de 30 segundos. Para diminuir esse tempo de 30 segundos para 20 segundos é fácil. Acho que o Brasil avançou nesse sentido.

Agora nós temos uma caminhada difícil, uma caminhada que exige inteligência, que exige investimento para conseguirmos baixar o tempo do atleta de 20 segundos para 15 segundos.

Ministro, é importante refletirmos, neste momento de ajuste fiscal por que passa a nossa economia, sobre o reflexo disso nas políticas públicas na educação, na saúde, na área social. Temos de ficar atentos para que a população mais desprotegida sofra menos com o ajuste fiscal.

Essa era a reflexão que gostaríamos de fazer e quero novamente dizer ao Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão, que estamos no caminho certo. Vamos continuar nossa caminhada. Com certeza, esta CPI, no seu final, trará números e trará reflexos importantes para a sociedade brasileira.

Obrigado.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosangela Gomes) - Obrigada, Deputado Jorge Silva, sempre abrilhantando os trabalhos desta Comissão, sempre presente e atuante, sempre nos dando uma contribuição muito positiva.

Concedo a palavra à querida companheira Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu quero parabenizar o Ministro Pepe Vargas pela compreensão da centralidade que tem que ter a agenda em defesa de direitos para que nós possamos enfrentar a violência, porque existe em curso uma hierarquização dos seres humanos, uma subalternização, uma desumanização simbólica. Essa desumanização simbólica é sempre o primeiro passo para uma desumanização literal. Você não agride, não machuca aquele que você acha que é igualmente humano, que é como você.

Portanto, é preciso enfrentar a desumanização simbólica, inclusive a desumanização simbólica que nós vivenciamos aqui no que diz respeito à redução da maioria penal. Houve uma desumanização simbólica. Eu escutei muito, na Comissão que discutia a PEC 171, que as pessoas fazem opção pelo crime e têm de ser punidos por isso. Eu diria que aí se negavam todas as condições sociais, havia ausência de Estado, ausência de família, ausência de uma série de políticas públicas, fazendo essas pessoas trilharem o caminho que as leva ao conflito com a lei. Penso que o que nós vimos ontem é uma lógica fundamentalista.

O fundamentalismo impede a reflexão. O fundamentalismo é encarcerador. Qualquer tipo de fundamentalismo convive com a intolerância e impede a reflexão. O fundamentalismo não reflete, ele se impõe pela ausência de reflexão numa sociedade pautada pela lógica imediatista, pautada pelo consumo, pautada por tanta incidência de drogadição, que são facetas de um mesmo processo, o de não encarar a vida, de não mergulhar na vida e de ter uma preguiça social do ponto de vista reflexivo. Mas é mais do que isso.

Eu acho que nós, nesta CPI, estamos concluindo — eu, pelo menos, estou formando uma convicção muito exata e muito profunda — que, primeiro, há um racismo institucional e, segundo, há um processo de extermínio deliberado. É diferente de um extermínio provocado por uma série de desigualdades de um país que não fez o luto das casas-grandes e senzalas. É um extermínio deliberado. E, quando nós temos a redução da maioria penal, ela vem dentro de uma lógica



higienista. Peguem todos esses adolescentes que optaram pela vida do crime e joguem dentro de prisões para que eles não sejam vistos e não sejam atingidos por políticas públicas. Aí estaremos indo na direção oposta da discussão que nós deveríamos estar fazendo. Nós deveríamos estar fazendo a discussão da prioridade absoluta para a criança e o adolescente, das políticas públicas a serem implementadas para a criança e o adolescente, mas nós estamos fazendo a discussão, nesta Casa, de impedir que o Estado cumpra com o seu dever. Ao jogá-los na cadeia, estará o Estado se isentando de implementar as políticas públicas necessárias, nessa lógica higienista, nessa lógica eugenista, que responsabiliza as pessoas, os jovens negros pela sua própria morte.

É um processo de recrudescimento da cadeia de vitimização. Os jovens negros são responsabilizados pelas suas próprias mortes. Com a ausência de políticas públicas, que são ignoradas, e a contextualização social, que é ignorada, plantam-se as sementes da lógica fascista.

O fascismo pressupõe essa concepção lombrosiana ou essa concepção de que as pessoas fazem opção pelo crime, de que as pessoas nascem pelo crime. O Relator da Comissão que discutia a redução da maioria penal chegou a declarar a um jornal da cidade que havia pessoas que nasciam criminosas. Essa é uma concepção lombrosiana. É a mesma concepção que fez com que Hitler pudesse dizer que os judeus tinham que ser eliminados porque eram judeus, porque nasciam como judeus e nasciam sem direito à vida. Essa concepção é muito mais grave do que a redução pura e simples da maioria penal. É uma concepção fascista de que há pessoas que não merecem ter o direito à vida. Pessoas que são responsabilizadas pela falência social, que não são reconhecidas e que, portanto, são invisibilizadas enquanto pessoas.

Por isso, eu diria, primeiro, que nós temos aqui uma discussão importante sobre o papel das mulheres e o papel das mães tanto no processo de fazer o luto dos seus meninos como no de participar como sujeito de políticas de prevenção. Nós temos que incluir as mulheres, porque as mulheres não desistem, as mulheres têm coragem e as mulheres são fundamentais na relação afetiva com os meninos que estão presos, seja nas prisões deste País, seja nas unidades de internação,



igualmente presos, porque uma medida de internação significa estar igualmente preso. Portanto, essa é uma discussão importante.

E a segunda é a centralidade da discussão de defesa de direitos, que não é cereja de bolo, que não é *chantilly* de café, é estruturante no País para que possamos construir na nossa sociedade uma cultura de paz.

E nós vimos ontem — o Deputado Jean Wyllys se surpreendeu — o depoimento, que nos chocou, nos comoveu a todos, do Vereador Ari Friedenbach. Mas o que me chocou profundamente ontem, não do ponto de vista positivo da generosidade, da solidariedade, da possibilidade do Vereador Ari de não deixar a dor impedir a necessidade da construção de soluções sistêmicas, e não biográficas — como disse o Deputado Jean Wyllys —, foi que havia muito ódio, Deputada Benedita da Silva, na comemoração da redução da maioria penal; havia ódio, a todo o momento se expressava o ódio. E nós não vamos construir uma sociedade harmoniosa pautada na concepção, na lógica, no raciocínio e nas ações movidas pelo ódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Deputadas e Deputados, eu me associo a todas as falas dos colegas Deputados e Deputadas que vêm firmando a necessidade de nós termos outro conceito de luta contra a violência no Brasil, que não é o conceito da guerra, que está estabelecido, que está incorporado — os dados confirmam esse verdadeiro genocídio da nossa juventude.

Eu não vou repetir, mas como nós estamos aqui com o Ministro Pepe Vargas, quero aproveitar a oportunidade para perguntar, Ministro, quais são as políticas, como é a avaliação que o Governo faz das políticas públicas.

Nós estivemos aqui com o Secretário da Juventude: qual é a avaliação do programa Juventude Viva? A minha cidade, uma das mais violentas da Bahia, foi campeã na violência em uma faixa etária. Eu visitei a Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que me disse que o Governo estaria lançando um plano de enfrentamento aos homicídios, envolvendo sete Ministérios.



Que avanço houve nesse sentido? Nós precisávamos fazer uma avaliação das políticas públicas, porque nós vimos que a visão economicista sobre o problema da distribuição de renda é limitada, porque nós tivemos, no Nordeste, a ampliação da distribuição de renda — o PIB do Nordeste cresceu mais que o PIB do Brasil. No Nordeste, o processo de distribuição de renda, fruto das políticas sociais vitoriosas desenvolvidas ao longo desses 13 anos, foi importante para o resgate da cidadania. No entanto, nós temos uma contradição civilizatória. Nós estamos chegando ao nível de a nossa sociedade ter mais mortes do que em todos os conflitos mundiais juntos no ano de 2012. E a tendência não é de recuo dessa realidade. Muito pelo contrário, está-se agudizando esse quadro, pelo que percebemos de duas exposições feitas aqui. No *Mapa da Violência* há o registro de que ela se expande e se interioriza, o que é mais um fator complicador, porque aí o aparato de segurança pública não está presente com a mesma “eficiência”, entre aspas.

Eu acho que o Governo Federal vai desempenhar um papel importante, além do processo de legislação, que nós precisamos retirar dos Estados para romper essa visão corporativa no enfrentamento à violência praticada pelo Estado. Não é o poder coercitivo que o Estado tem, que é necessário em um processo democrático em qualquer sociedade regida por um contrato, mas em função da violência praticada pelo Estado fora do contrato social, como instrumento de penalização, porque há o conceito da guerra no combate à violência, da guerra às drogas, porque na guerra se elimina o adversário. Na guerra não se tem o conceito de conviver ou resolver o problema da segurança em si, há uma disputa para a eliminação.

Portanto, eu gostaria de ouvi-lo, Ministro, sobre essas políticas públicas de que o Governo Federal e a Secretaria de Direitos Humanos estão tratando em relação a essa questão. Já tive, inclusive, uma audiência com a ex-Ministra em que discutimos exatamente isso. Ela disse: *“Isso aqui está sendo conversado, está sendo tocado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Direitos Humanos.”* Isso era para sair em abril, nós estamos em junho, e esse plano nacional de enfrentamento ainda não saiu.

Eu acho que será uma grande contribuição, além das contribuições legislativas que têm que sair desta Casa, porque dizem respeito ao aprimoramento





que nos possibilite, do ponto de vista do Estado, eliminar os mecanismos que têm reproduzido a violência.

Eu não vou voltar a discutir a redução da maioria penal. Isso já foi aqui largamente fundamentado pelos Deputados, e eu concordo. É um absurdo o que está se praticando. No Brasil há uma tendência completamente regressiva, e a idade não tem a ver com a realidade nem com as causas fundamentais do problema da violência. Nossa juventude está sendo vítima. Nossa juventude não é algoz. Nossa juventude é vítima, e estamos dando a resposta que sempre foi dada no Brasil: historicamente, no Brasil, a formação social é essa, que tem destinado a violência aos pobres, exatamente aos pobres e negros.

Particpei do debate em Santa Catarina. E lá se apresentou Santa Catarina como se fosse um exemplo de Estado que não é contra os negros e pobres, mas principalmente é contra os pobres e não contra os negros. É claro que a violência tem um corte de classe. A sociedade dividida é em classes, e a violência tem um corte de classe. E não é por coincidência que o corte de classe no Brasil tenha a presença do negro nas classes menos favorecidas, nas classes proletárias ou nas classes que vivem à margem do proletariado.

Portanto, é tentar tapar o sol com a peneira dar um exemplo assim. Aliás, eu sempre disse neste debate que a exceção justifica a regra. É esse o conceito no geral.

Portanto, gostaria desse questionamento que estou fazendo. Como é que anda esse plano nacional de enfrentamento a homicídios contra jovens, que era exatamente um esforço que o Governo Federal ficou de apresentar este ano?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães. Só para corroborar, o único Estado em que a vitimização dos negros é menor do que a dos brancos é o Estado do Paraná. Em Santa Catarina, ao se aplicar a proporcionalidade e fazer-se o recorte por geração e por questão racial, é superior o número de mortes de negros ao número de mortes de brancos.

Ontem, na terça, na audiência com as autoridades de Santa Catarina, o Secretário também não falou o contrário do que nós estamos falando aqui, não. É porque ele deu o número total de mortos para 100 mil, da população total vítima de violência, e deu o dado separadamente das mortes de jovens negros. Mas, ao



aplicar a proporcionalidade no conjunto e fazer o recorte, o número é de 1.4. Então, para cada jovem branco morto, existe 1.4 de possibilidade de a vítima ser jovem e negra. Então, é superior em 40% essa possibilidade. No Paraná, não. Lá, realmente, o branco tem um índice de 1.3; e o negro, 0,7. Então, é isso.

Eu quero só também dar uma contribuição, para corroborar aqui o debate sobre a redução da maioria penal com argumentos que usam duas estatísticas. Eu estava falando sobre o assunto aqui com o Ministro Pepe Vargas e falei isso ontem na Comissão que o Deputado Celso Jacob presidiu, com a presença do Ministro Sérgio Luiz Kukina, do STJ.

Primeiro, devemos reafirmar, Deputada Benedita da Silva, a importância do ECA. E tem um dado no mapa da violência que me deixou impressionado em relação à importância do ECA: até 12 anos, a taxa de homicídios, quando se distingue brancos de negros, é de um branco assassinado para cada 100 mil. Essas são taxas da Europa, mais precisamente do Reino Unido. E, quanto aos negros, a taxa ainda é muito próxima: 1.3. Aliás, eu não diria que é muito próxima, porque ainda temos que considerar um percentual razoável a maior, pois a população negra é maior do que a população branca, ou seja, é de 53%, 106 milhões de brasileiros.

Mas podemos dizer que a taxa não é tão gritante: de 1 para 19 ou de 1 para 20, em vários Estados brasileiros — em mais de 10 Estados. E, no Brasil, para cada quatro assassinados, três são negros.

Então, é a partir da idade considerada pelo ECA como sujeita a ato infracional que se começa a ampliar a mortalidade dos nossos jovens negros. A impressão que temos é que são dois os destinos dados aos nossos jovens negros e pobres. E vejam que, no Brasil — com a Constituição Cidadã de 1988, com o Programa Bolsa Família e com o índice de 99% de universalização do acesso às escolas de ensino básico nesses últimos 12 anos —, temos a impressão de que protegemos as crianças com políticas que diminuem a mortalidade infantil dos negros. Mas, depois de 12 anos, resolvemos dar dois destinos aos nossos jovens negros — e não é para forçar a barra, pois são as estatísticas científicas que nos revelam essa realidade —, sendo o primeiro deles o encarceramento. A população carcerária do Brasil hoje é composta por 70% de negros e jovens.



O segundo destino é a própria medida socioeducativa, que é a restrição da liberdade de várias maneiras, liberdade assistida, semiliberdade, enfim, todas as formas que estão contempladas nas medidas socioeducativas. E vejam o percentual de negros!

Mas, mesmo assim, ao terminar a proteção do ECA, começa o pico dos homicídios no Brasil, que se concentram na faixa entre 19 anos e 24 anos. O pico mesmo acontece aos 19 anos.

Então, de fato, vejam a importância do ECA! Ou seja, para a redução da maioria penal, ao invés de garantir uma sobrevivência ao jovem de 19 anos, para que ele permaneça vivo por mais tempo — e como o Brasil não apresenta uma solução, como este Parlamento não apresenta uma solução —, resolveu-se simplificar: “*Vamos diminuir mais 3 anos a vida deles.*” Então, vejam o que vai acontecer: vão começar a matar os jovens a partir de 16 anos.

Essa estatística está numa prevalência, comprovada cientificamente: jovens são mortos aos 19 anos, logo que acaba a proteção do ECA. Eles, portanto, quando saem do sistema de medida socioeducativa, são assassinados. Então, essa é a opção: maior encarceramento e diminuição da maioria penal. Se assim for, a idade mínima do ECA deverá ser reduzida para 10 anos — de 12 anos vai para 10 ou 8 anos —, e eles serão assassinados aos 16 anos.

Então, realmente, só para corroborar aqui, pois tenho tentado interpretar esses dados, estou estupefocado com essa realidade a partir dos dados científicos do mapa da violência.

Com a palavra o nosso Ministro Pepe Vargas, para suas manifestações e considerações finais. Aliás, antes vamos ouvir a nossa Relatora.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir S.Exa. antes de me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, com a palavra o Ministro Pepe Vargas. Depois devolvemos a palavra para a nossa Relatora.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Bom, eu vou tentar me ater aqui às perguntas mais objetivas. Enfim, houve várias manifestações importantes sobre vários temas, mas não foram exatamente questionamentos. A primeira delas fala que o Governo tem que entrar firme na discussão sobre a redução da maioria



penal. Se eu não engano, foi o Deputado Bacelar, inclusive, que levantou essa questão no tema da maioria penal.

Olha, eu acredito que entramos sim, porque, vejam bem, a Presidenta Dilma manifestou-se publicamente sobre o tema mais de uma vez. A Presidenta Dilma tem se manifestado. Mesmo que haja pesquisas que indicam que haveria grande apoio popular à ideia da redução da maioria penal, a Presidenta não se omitiu, a Presidenta se manifestou mais de uma vez, não só através das redes sociais, mas em eventos públicos, dizendo que é claramente contrária à redução da maioria penal.

Fora isso, vários Ministros também têm-se manifestado a respeito disso. E mais do que isso: na audiência que tivemos na Comissão de Direitos Humanos nesta semana — essa a que se fez referência aqui, na qual estava presente também o Vereador Ari Friedenbach, de São Paulo, cuja filha foi morta por um adolescente, um caso muito rumoroso, muito famoso —, o Ministro José Eduardo Cardozo deixou clara a posição do nosso Governo no que diz respeito à negociação de uma alternativa em torno do projeto de lei apresentado pelo Senador José Serra no Senado.

O Relator da matéria é o Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional. O Senador José Pimentel apresentou um relatório fazendo alterações ao texto do Senador Serra, expressando a posição que o Governo está defendendo em torno dessa matéria.

O que diz, em rápidas palavras aqui, muito resumidamente, o relatório do Senador Pimentel? Ponto um: ele agrava as penas para adultos que se utilizam ou aliciam menores para cometerem crimes. No caso lá do Piauí, que foi citado aqui, os adolescentes estavam juntos com uma pessoa de 40 anos de idade que, se eu não me engano, era egressa do sistema prisional, inclusive. Então, primeiro: agrava a pena para os adultos que se utilizam de menores para o cometimento de crimes.

Em segundo lugar, ele propõe o aumento do tempo de internação para os crimes hediondos — não todos. E digo “não todos” por conta daquela situação a que já fiz referência aqui do adolescente que está envolvido com o tráfico. E, como o tráfico é crime equiparado a hediondo, então a gente tem que proteger esse



adolescente. Obviamente, ele vai cumprir a pena que lhe será imposta, mas ele tem que ser protegido e não colocado num presídio de adultos.

Nesse caso específico, a proposta contempla crime hediondo praticado com violência ou grave ameaça. Nesses casos, aumentar-se-ia o tempo de internação em até 8 anos, segundo a proposta que está colocada no relatório do Senador Pimentel. Mas propõe que, nesse caso dos adolescentes, a internação será até 26 anos. E eles deixarão de ser adolescentes, inclusive, porque, se cometerem ato infracional com 17, quase 18 anos, ficarão até 26 anos, eventualmente, privados da liberdade. E, nesses casos, haverá estabelecimentos específicos ou espaços específicos separando esses maiores dos de 12, 13, 14, 15 anos, que também é uma preocupação que a gente tem. Então, o relatório do Senador Pimentel também faz essa diferenciação.

Além disso, há uma questão importantíssima lá que diz o seguinte: em hipótese alguma um adolescente ficará privado de sua liberdade por tempo maior do que um adulto que tenha cometido um crime análogo assim tipificado no Código Penal, porque seria um contrassenso um adolescente ficar mais tempo internado do que um adulto.

Então, em linhas gerais, é a proposta que o Governo entende mais adequada para enfrentar esse problema que está sendo debatido aqui e em alternativa à redução da maioria penal, como tem sido proposta.

Vários Parlamentares entraram em contato conosco nesse período — eu e o Ministro José Eduardo Cardozo acompanhamos esse debate — e defendem essa posição de que, para crimes hediondos cometidos com violência ou grave ameaça, devesse haver um aumento no tempo de internação. Acatamos essa sugestão, e o Senador Pimentel a está acolhendo no relatório, mas não reduzindo a maioria penal.

Houve outra polêmica em torno de números, de estatísticas. Vamos deixar claras algumas coisas. Primeiro, em relação à estatística sobre segurança pública, vamos deixar claro que ninguém tem estatística adequada — ninguém!. E digo isso por uma razão muito concreta: utilizam-se metodologias distintas. Cada Estado usa uma metodologia diferente da do outro. Aliás, é comum que a Polícia Civil use determinadas estatísticas e a Polícia Militar use outras em determinados Estados da



Federação. Então, o Ministério da Justiça está trabalhando numa questão de pactuar racionalmente as metodologias, para que tenhamos definitivamente metodologias unificadas e possamos ter estatísticas de segurança pública mais confiáveis ou que, pelo menos, possam adotar uma metodologia comum a todos os Estados da Federação. Hoje, não é assim. Então, por isso há esse esgrimir de números distintos muitas vezes, no que diz respeito a estatísticas de segurança pública.

Agora, o que eu apresentei aqui não é estatística sobre segurança pública; é outra coisa o que a gente apresentou aqui. Um, o índice de homicídios na adolescência tem como base o sistema de informações de mortalidade do DATASUS, que usa os dados coletados do sistema de coleta dos atestados de óbito. É essa a base de dados utilizada para fazer o índice de homicídios na adolescência. E também são usados os dados do Censo Demográfico de 2000 e de 2010. São esses os dados utilizados. Então, são dados confiáveis — não são dados inconfiáveis — e têm uma metodologia descrita claramente com precisão.

É lógico que todo estudo e toda estatística também têm as suas devidas imprecisões, os seus desvios padrão, como qualquer estatística; mas, enfim, são dados confiáveis. Foram esses números que a gente apresentou aqui. Então, não são comparáveis às estatísticas que o Deputado Éder Mauro estava querendo colocar.

E o Deputado Reginaldo colocou muito bem aqui também. Em todos os Estados da Federação, à exceção do Paraná, o risco relativo de um adolescente ou de um jovem negro sofrer homicídio é maior, à exceção do Paraná, que é 0,7. Em todos os outros, inclusive Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Estados cuja referência foi feita aqui, o índice é maior. No Rio Grande do Sul, 1,7; em Santa Catarina o índice é 1,4. Então, o risco de o jovem negro ser assassinado é muito maior em todos os Estados da Federação brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Mesmo sendo a maior a população de brancos.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Mesmo sendo a maior população de brancos, sem sombra de dúvida.

Então, não há dúvidas quanto a isso. Não há o que se questionar quanto a isso. Por parte do Governo, nós não temos a menor dúvida de que, no que tange ao



tema desta CPI, “Violência contra Jovens Negros e Pobres”, há, sim, esse recorte de raça e há, sim, esse recorte de renda. Portanto, incide, sim, maior violência sobre os jovens negros e pobres. Nós não temos a menor dúvida disso.

É lógico que isso está ligado a toda uma negação de direitos que a população negra teve na história do nosso País, como todos sabemos.

Eu costumo dizer, Deputada Benedita, que venho de uma região na qual, em 1875, o Império fez uma reforma agrária. Na região em que eu moro, na região da Serra Gaúcha, em 1875, o Império brasileiro trouxe imigrantes da Europa — italianos, alemães e, no caso específico da minha região, italianos — e deu terras a eles. Mais ou menos nessa época estava se discutindo a abolição, que veio logo a seguir. Libertaram os escravos, mas não deram um palmo de terra para escravo nenhum. Olhe o contrassenso: se tivessem abolido a escravidão e, nas terras devolutas que existiam, tivessem assentado os escravos negros, nós seríamos um país muito mais avançado. O Dr. Jorge Silva tem toda razão. É lento o processo civilizatório brasileiro.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - No Rio de Janeiro tem o Morro da Providência.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - É. No Rio de Janeiro foi o Morro da Providência. Mas, enfim, há essa perspectiva histórica de negação de direitos. Apesar de termos avançado nos últimos anos, não há como se negar isso. Não há como se negar que, se não houver políticas afirmativas como as políticas de cotas, a reparação não existirá. Esperamos um dia não precisarmos mais dessas políticas; mas, por enquanto, temos que tê-las.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou brincar com V.Exa. E, para os seus conterrâneos imigrantes lá, deram tudo.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - É, pois lá houve cotas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deram terra, educação, cidadania, escola. E isso com 2 anos, com 2 anos...

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Então, acho que esse debate a gente tem que fazer. É lógico que precisamos avançar muito. O nosso avanço precisaria ser mais rápido, mas acho que é importante a gente também registrar esses avanços que ocorreram.



Outros dados que eu trouxe aqui foram os do SINASE, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Os dados que compõem a nossa base são as informações que os Estados nos dão. A base que eu trouxe aqui é de 2013, que é o último dado coletado. Os Estados responsáveis pela implementação das medidas socioeducativas com privação de liberdade nos dão o número de adolescentes que estavam internados naquele período.

Nós tínhamos, naquele período, 23.066 adolescentes internados, com privação de liberdade. E isso corresponde, conforme o dado que eu dei, a 0,08% dos adolescentes no Brasil, o que comprova, portanto, que é pequeno o número de adolescentes que cometem atos infracionais com violência ou grave ameaça ou com reiteração.

Felizmente, é um número pequeno, mas preocupante, porque são 23 mil; E, desses 23 mil, 3.860 tinham cometido ato infracional com violência ou grave ameaça contra a vida, especificamente: homicídio, latrocínio. São 3.860, o que corresponde a 0,01% dos adolescentes brasileiros.

Esses dados eram, digamos assim, a fotografia do momento, quando foram coletados os dados dos adolescentes que estavam internados quando do último levantamento. Então, também não há o que se questionar aqui no que diz respeito a isso.

Foi também questionado aqui como chegam as várias políticas públicas nos Municípios. Eu diria que chegam de forma desigual. Por quê? Porque nós somos uma república federativa que estabelece responsabilidades comuns e algumas prerrogativas exclusivas para determinados entes federados. Eu vou pegar um exemplo, para não citar muitos aqui, só para exemplificar. Eu falei aqui do Programa de Proteção de Testemunhas. Nós executamos o Programa de Proteção de Testemunhas em convênio com Estados da Federação onde é possível, mas, infelizmente, não é em todos os Estados que nós temos convênio com o ente Estado. Então, onde não conseguimos fazer o convênio com o Estado, nós utilizamos outra forma para que o Programa não aconteça lá, tanto que a gente tem uma equipe nacional do Programa de Proteção de Testemunhas, justamente para trabalhar nos Estados onde nós não temos convênio. Mas existe a política lá.





**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Só uma questão: na Bahia já foi feito o convênio?

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - A Bahia tem convênio. Mas, mesmo que não tivesse, a equipe nacional acompanha, faz convênio com entidades não governamentais, enfim, etc. Mas nós podemos pegar cada uma dessas políticas para vermos como é desigual a situação de cada Município: há Município que andou mais, há Estado que andou mais, há Estado que andou menos, há Estado que faz parceria em determinadas áreas, não faz em outras. Mas, enfim, eu diria que em linhas gerais praticamente todas as políticas entram, algumas mais, outras menos. Mas esse é o desenho federativo brasileiro.

Outra questão que levantada aqui — o Deputado Beбето e outros também a colocaram — foi o racismo. E tenho total concordância com isso. Só vou dar um dado para vocês que revela aonde chega, inclusive, o racismo. Nós estamos assistindo a fenômenos de intolerância religiosa no Brasil, lamentavelmente. No Brasil, que sempre teve uma diversidade religiosa fantástica, maravilhosa — e ainda tem; está prevista na Constituição, inclusive, a liberdade de crença, de credo, etc. — , estamos assistindo a situações de intolerância religiosa. Mas onde elas estão se estabelecendo, conforme denúncias que chegam à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos? Onde é que se está estabelecendo majoritariamente a intolerância religiosa? Em relação aos cultos afro-brasileiros. As religiões de matriz afro-brasileira estão sofrendo essa discriminação. Essa semana houve um episódio em que uma menina, trajada conforme sua confissão religiosa, ao sair com os pais de uma atividade da crença, levou uma pedrada na cabeça. E ainda ficaram ofendendo a menina, chamando-a de agente do demônio e coisas do gênero.

Então, há um componente racista, sério, até nisso, até na negação do direito à religião que os negros trouxeram da África e que alguns continuam praticando aqui. Até nisso há uma tentativa de negar o direito da população negra.

Há, também, intolerâncias graves e violências graves que as estatísticas encobrem, quais sejam as intolerâncias e as violências contra a população LGBT deste País. O Conselho Nacional dos Direitos LGBT votou uma resolução — e a resolução não tem força de lei, é mais uma orientação, tal como uma Convenção da ONU, que passa orientação para os países adotarem se quiserem. O Conselho



votou uma resolução que dizia o seguinte: quando ocorrer um ato de violência contra alguém que tenha a identidade de gênero, opção sexual distinta, que ela possa registrar a ocorrência colocando a sua identidade de gênero, a sua opção sexual.

Por que isso é importante? Porque hoje as estatísticas encobrem a violência que se estabelece sobre essas pessoas e porque não está colocado lá no boletim a opção sexual. Está lá colocado “sexo masculino” e “sexo feminino” — e acabou. Então, nós não sabemos, se alguém perguntar, dizer efetivamente qual é a violência que se estabelece sobre gays, sobre lésbicas, sobre transexuais, sobre travestis no Brasil. Não se sabe e ninguém tem esse dado por conta disso. Então, o Conselho votou uma resolução muito simples: vamos permitir que a pessoa, se assim desejar, coloque lá no boletim de ocorrência a sua identidade de gênero, a sua opção sexual — se quiser; se não quiser, não precisa colocar —, para a gente começar a ter também dados mais confiáveis e poder ver esse fenômeno.

Não sei se foi esta semana ou semana passada que um pai espancou um filho, que teve hemorragia interna e veio a falecer, porque o menino queria dançar; e o pai dizia que isso era coisa de *gay*. Os jornais mostraram isso, inclusive.

Então, essas intolerâncias, essas violências são, como a Deputada Erika Kokay colocou, uma desumanização. E há uma invisibilidade de determinados públicos no que diz respeito à violência. Eu acho que também são temas importantes a serem debatidos aqui.

Por fim, quero falar sobre a questão do Pacto pela Redução de Homicídios. O Pacto pela Redução de Homicídios está sendo coordenado pelo Ministério da Justiça, envolve vários órgãos federais, mas não pode ser unilateralmente elaborado pelo Governo Federal, porque ele é um pacto nacional pela redução de homicídios. Portanto, vamos precisar que Estados e Municípios também participem.

Há um processo que é interno, no Governo Federal, e há também a discussão com a validação de outros entes federados. Por isso que ele ainda não foi lançado, porque é preciso uma pactuação. Não adianta o Governo Federal discutir sozinho, lançar um pacto e depois sair buscando adesão. Na sua confecção há também um processo de oitiva dos entes federados, processo que está em curso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Ministro, há uma intenção desta CPI de que, mais do que um pacto federativo, haja um pacto republicano. Por



quê? Porque quanto menor a taxa de elucidação dos crimes maior é a taxa de homicídios. Na verdade, não é o tamanho da pena, é a efetivação da pena.

Então, nesse sentido, a CPI deve apresentar, primeiro, uma proposta de emenda constitucional que torne obrigatório Município, Estado e União pactuarem metas no novo modelo compartilhado de segurança pública, que foi, inclusive, uma proposta da Presidenta Dilma no segundo turno.

Segundo, nós queremos também entender que esse pacto não pode ser ação de um governo, mas do Estado brasileiro e, mais do que do Estado, uma ação republicana. A ideia é que a gente apresente um plano nacional de redução de homicídios para 10 anos.

A CPI vai apresentá-lo. Terão que ser constituídas novas comissões, inclusive uma comissão especial para tratar dessa matéria e, aí sim, nós queremos, depois, quando houver o esqueleto desse plano e das metas, percorrer o Brasil, chamar Governadores, inclusive V.Exa., para nos ajudar nesse sentido de ter um plano ousado. E, com todas as conversas que nós tivemos aqui, nós achamos que nos próximos 10 anos o Brasil não pode ter uma meta de 20%, 30%. O Brasil tem que ter uma meta de trazer para um dígito, no máximo, o índice de homicídios no País.

**O SR. MINISTRO PEPE VARGAS** - Um outro questionamento feito diz respeito ao ajuste fiscal. Vejam que, no caso do ajuste fiscal — que é o decreto de contingenciamento que é feito todos os anos, assim como neste ano também houve —, as áreas da saúde e da educação foram preservadas no seguinte sentido. São duas áreas em que há mínimos constitucionais previstos para investimentos. Não só se mantiveram os mínimos constitucionais, como inclusive há valores acima do mínimo constitucional estabelecido, tanto na saúde quanto na educação. Essas foram duas áreas priorizadas.

Da mesma forma as políticas sociais — boa parte delas está lá no MDS — tiveram uma grande preservação, sejam os programas de transferência de renda sejam outros programas importantes. E a política de valorização permanente do salário mínimo também foi preservada, apesar do impacto fiscal na previdência, em razão do ganho real ao salário mínimo. Depois, essa política tem como linha de corte várias questões.



Então, apesar do ajuste fiscal, algumas questões foram priorizadas para não sofrerem cortes. Isso fez com que em outras áreas os cortes fossem maiores, obviamente. Mas, como o orçamento é sempre um cobertor curto, não tem jeito, tem que ser feito dessa forma.

Agora, é verdade que, para continuarmos numa linha de avanços econômicos, sociais e ampliarmos a velocidade desses avanços, nós precisamos ter crescimento econômico. Por isso, também, o objetivo da Presidenta Dilma com o ajuste é tentar mais rapidamente possível permitir que a gente tenha a retomada do crescimento econômico, para fazer a distribuição de renda necessária. Mas é crescimento com distribuição de renda, porque, senão, crescimento por crescimento só não resolve o problema.

Quero concluir fazendo referência ao que o Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, levantou. Eu não tenho a menor dúvida — e vários Deputados e Deputadas também falaram — que a CPI poderá trazer uma grande contribuição para o pacto de redução de homicídios. Não tenho a menor dúvida disso. Eu acho até bom que o pacto não tenha sido lançado publicamente. E acredito que, assim que houver a conclusão dos trabalhos da CPI, seria muito importante marcar uma visita ao Ministério da Justiça para falar com o Ministro José Eduardo Cardozo ou ir à reunião do grupo de trabalho que está discutindo essa questão para apresentar sugestões. Eu acho que também é uma grande contribuição que o Parlamento já está dando com os debates e dará com o seu relatório final, inclusive com todas essas reflexões que o Deputado Reginaldo Lopes colocava aqui.

Então, se tem algo que eventualmente escapou e a gente não anotou, a gente fica à disposição para dialogar depois, pessoalmente, com cada Deputado ou Deputada.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Relatora, Deputada Rosangela Gomes.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde, Ministro, boa tarde, Sr. Presidente Reginaldo Lopes!



Quero dizer que, pela segunda vez nesta semana, tenho a honra de discutir políticas de direitos humanos ao seu lado, como fizemos na Comissão de Direitos Humanos com o Ministro José Eduardo Cardozo. E, naquele momento, eu já falava da nossa preocupação com esse tema. E, ouvindo atentamente a sua fala, as suas ponderações, os eixos que V.Exa. está desenvolvendo no Ministério, mais uma vez me chamou atenção quando V.Exa. disse que o Estado é um grande violador de direitos.

Isso não é de agora, Deputada Benedita da Silva. V.Exa. falava com muita propriedade do projeto que desenvolveu alguns anos atrás, e eu falava também naquele dia, Ministro, não sei se V.Exa. se lembra, quando, há mais de 30 anos, passei uma parte da minha infância na Favela de Vigário Geral e na Favela Parada de Lucas, e ali, Deputado Reginaldo Lopes, já havia o Estado como grande violador de direitos. Naquela ocasião, já presenciávamos o que é uma prática normal: um jovem de comunidade, como a Favela de Vigário Geral e a Favela Parada de Lucas, Deputado Reginaldo Lopes, de 8, de 10, de 12 anos, segurar fuzil, revólver.

Eu ouvi atentamente a palavra do Deputado Dr. Jorge Silva, quando falou dessa comunidade excludente. Então, há uma parcela da nossa sociedade — e eu costumo dizer que é a dicotomia do Estado — que não tem acesso à cidadania, o que não é de hoje. Eu pude falar de uma experiência de trinta e poucos anos atrás.

Eu ouvi também aqui atentamente os nossos pares falando e me lembrei também, Deputado Reginaldo Lopes, naquele período — e não sei se a Deputada Benedita da Silva —, de uma jovem que cometeu um crime de menor potencial em Belém, se eu não me engano, se não me falha a memória, e foi colocada em uma cela junto com homens.

Eu me perguntava naquela ocasião: se aquela jovem fosse filha da delegada, ela teria colocado a filha dela naquela cela? (*Palmas.*) Talvez não, porque realmente a punição existe para alguns, mas para outros o Estado é omissivo.

Então, V.Exa. coloca bem a questão do Estado como violador de direitos, e não é diferente até os dias de hoje. No domingo, eu visitava um bairro no Rio de Janeiro — e não vou fazer menção até porque eu vou nesse bairro algumas vezes —, e aquela juventude ali me pedia, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Dr. Jorge Silva, que eu levasse para aquela localidade algum programa de ação, de esporte,



de cultura, para que aqueles jovens, num futuro próximo, não sejam recrutados pelo tráfico, pelas drogas, pelos agentes da violência.

Então, eu acho que, infelizmente, quando nós aqui nesta Comissão ouvimos determinadas falas, eu, Deputada Benedita da Silva, como V.Exa. também que tem essa vasta experiência, penso logo na nossa realidade. Eu costumo dizer que lei boa é aquela lei que nasce do meio do povo. E é sempre oportuno convidar os nossos representantes para conviverem um pouco mais com os nossos representados. Quem sabe assim a gente seja capaz de diminuir um pouco essa diferença, diminuir um pouco essa violação de direitos pelo Estado. E não estou falando de hoje, mas de décadas.

V.Exa. bem colocou, Ministro, a questão da distribuição de terras lá no Rio Grande do Sul, falou um pouco de Viamão — conheço a sua cidade —, e sabemos, nós que conseguimos sair dessa comunidade excludente, Deputada Benedita da Silva, o quanto é importante, Deputado Dr. Jorge Silva, trabalharmos aqui nesta CPI de forma bastante concentrada.

Então, parablenzo a vinda dos dois Ministros a esta Comissão. A Ministra Eleonora Menicucci já falou aqui, e eu não estava presente, pois estava fazendo um procedimento médico, mas ouvi atentamente, através da tevê, uma fala muito proativa, principalmente no quesito, e foi o que mais me chamou atenção, de cuidar das mães que são vítimas, de forma dupla — não é, Deputada Benedita?: uma perdendo parte da sua carne, do seu sangue, e a outra convivendo com essa perda pelo resto da vida.

Portanto, é uma boa ação, um bom eixo que a Ministra se propõe a fazer, e espero que S.Exa. faça o mais rápido possível, porque, se fizermos um corte no tempo — e nós falamos de décadas passadas —, veremos que hoje a coisa continua acontecendo de forma muito acentuada.

Parabenizo o Presidente que, de forma muito centrada, vem construindo debates ricos aqui. Já falamos aqui da quantidade de audiências produzidas nesta Comissão; talvez esta seja a Comissão que mais produziu debates. V.Exa. disse que fizemos mais audiências que a CPI da PETROBRAS, e acredito, Ministro, que o maior patrimônio que tem o País não é o ouro, nem o café, nem o pré-sal, o maior patrimônio deste País é o seu povo. Então, se nós pudermos investir mais na



população, e isso é importante fazer, principalmente nos Municípios mais distantes, por meio de uma ação de fiscalização da parte desta Casa e de outros órgãos, nós realmente valorizaremos aquilo que o Brasil tem de melhor, o seu povo.

Quero agradecer dizendo que, infelizmente, nós ainda não conseguimos encontrar nesta Casa apoio para prorrogar os trabalhos, mas a nossa ideia é apresentar, no dia 2 de julho, Deputados, um relatório preliminar, com proposta das PECs e também do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência.

Eram essas as minhas ponderações. Agradeço ao Presidente também pela atuação, e espero que a gente possa votar alguns requerimentos nesta audiência.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer a presença do Ministro. Peço desculpas, porque sei que V.Exa. está com a agenda apertada e o seu horário extrapolou. Mas agradeço do fundo do coração e da alma a presença de V.Exa., que se quiser continuar será uma alegria.

Nós vamos passar para o próximo item da pauta, a votação de requerimentos. Vamos apreciar aqui os requerimentos. O primeiro requerimento é de minha autoria. Eu vou retirá-lo de pauta, porque já fizemos um acerto com a Assessoria Parlamentar, e o próprio Ministro manifestou interesse de estar aqui no dia 9 de julho, com o compromisso, se for possível, de antecipar a sua vinda.

Mas devido ao debate, à mobilização e ao diálogo, em relação ao tema redução da maioria penal, com vários Governadores e várias lideranças extremamente importantes para o trabalho desta CPI, S.Exa. teria disponibilidade de estar presente aqui no dia 9 de julho, mas com o compromisso, se possível, de antecipar a sua vinda, até porque, no dia 2 de julho, nós vamos entregar aqui um conjunto de proposições legislativas para apreciação pelos membros desta CPI; não havendo prorrogação da CPI, nós teremos que concluir e votar até o dia 17 de julho. Pelo Regimento, com pedidos de vista mais prazos regimentais, o calendário ficará muito apertado, e também teremos que apresentar o relatório final.

A Relatora já anunciou que vamos ter dois momentos: apresentação das proposições legislativas, num primeiro momento; depois, o relatório final, mas no formato de relatório preliminar; e, posteriormente, as indicações e os



encaminhamentos que são prerrogativas do Executivo. Então, nós vamos ter, na verdade, três momentos.

Com isso, nós abrimos prazo, continuamos a vida e vamos trabalhar pela prorrogação, se possível. Caso não haja prorrogação da CPI, o Presidente Eduardo Cunha — e eu, pessoalmente, falei com S.Exa. sobre a importância da prorrogação — comprometeu-se, ao apresentarmos os projetos, a PEC e o Plano Nacional, antes mesmo da conclusão, a criar a Comissão Especial para analisar tanto a PEC quanto o Plano Nacional. Portanto, nós vamos ter imediatamente, em agosto, a retomada dos trabalhos, já analisando o novo modelo federativo republicano sobre a segurança pública, e também teremos as metas do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio.

Nós poderemos, a partir daí, como disse muito bem o Ministro Pepe Vargas, dialogar e fazer as pactuações federativas e republicanas com todos os Estados. Então, nós teremos muito trabalho, pois teremos muitas Comissões novas, muitas PECs, e vamos precisar contar com a doação de V.Exas. e de todos os Deputados e Deputadas para presidir, compor as Mesas e fazer relatoria. Então, eu espero que a gente tenha pelo menos umas três ou quatro PECs e vários projetos de lei.

Vou passar à apreciação dos requerimentos. Eu vou retirar esse requerimento de pauta, a partir do compromisso do Ministro de estar presente aqui no dia 9 de julho.

Passo, então, ao próximo requerimento. Peço à Deputada Rosângela Gomes que presida os trabalhos, porque o Requerimento nº 97/2015 é de minha autoria.

Passo a Presidência desta Comissão à Deputada Rosângela Gomes para que eu possa encaminhar o Requerimento nº 97/2015.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosângela Gomes) - Requerimento nº 97/2015, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer sejam convidados os Srs. Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da FENAPRF; Jones Borges Leal, Presidente da FENAPEF; Jânio Bosco Gandra, Presidente da COBRAPOL; Ricardo Brisola Balestreri, especialista em segurança pública; Bruno Teles, da Associação Brasileira Criminalística; Thiago Carrico de Oliveira, Promotor do Ministério Público de Santa Catarina; Cel. Elias Miller, representante da FENEME; Marcelo Hipólito Martinez, PM de Santa Catarina; Major Marcelo Pinto Specht, PM do Rio Grande do Sul; José*





*Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Marcos Leôncio Ribeiro, da Associação dos Delegados da Polícia Federal; e Carlos Eduardo Benito Jorge, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil”.*

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - Esse requerimento, Deputadas e Deputados, trata do seguinte: um dos caminhos que a CPI traçou é o caminho penal, a persecução penal, não é isso? É um dos desafios desta CPI para combater a violência. Então, o que existe é o debate se o Brasil deveria adotar, como foi apresentado pelos gestores da política de segurança pública em Santa Catarina... Eles estão lá com o TCO, mas a evolução do TCO é chamada de Ciclo Completo, em que as polícias fazem todas as ocorrências, não precisam submeter à delegacia.

É um debate muito importante, porque não está previsto na Constituição. Nós teremos que apresentar, ou não, uma emenda sobre o ciclo completo. Nós precisamos ouvir. Então, nós estamos chamando todos os lados aqui. É uma mesa com 10 convidados, com representação do Ministério Público, o dono do inquérito, vamos dizer assim, de quem investiga, a polícia investigativa, judiciária, a Polícia Civil, e a polícia ostensiva, militar e de prevenção, a Polícia Militar. Então, estão todos aqui representados.

Eu quero pedir a aprovação desse requerimento para compormos essa mesa. Ela é importantíssima para a conclusão dos trabalhos desta CPI.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Rosangela Gomes) - Algum Deputado ou Deputada deseja falar contrário? *(Pausa.)*

Passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 97.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o Deputado Reginaldo para tomar assento e assumir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Relatora, por presidir a Comissão.

Passamos à apreciação do Requerimento 98, de 2015, da Sra. Rosangela Gomes, que *“solicita a realização do Seminário Internacional Desconstrução da*



*Cultura de Violência e Diminuição das Vulnerabilidades Sociais, para contribuir com a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra jovens negros e pobres”.*

Para encaminhar o requerimento, passamos a palavra à Deputada Relatora Rosangela Gomes.

**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria da apreciação dos Srs. Deputados que aqui estão em virtude do trabalho que nós realizados nesta CPI e também que é fruto da solicitação histórica dos movimentos sociais — Benedita sabe bem disso —, e nós gostaríamos, ao final dos trabalhos, de fazer um grande debate aqui, um seminário internacional, com o seguinte tema: Desconstrução da Cultura de Violência e Diminuição das Vulnerabilidades Sociais, e trazermos aqui diversas instituições, diversos palestrantes, como a própria Ministra, o Procurador-Geral Rodrigo Janot, a Conselheira Nacional de Segurança dos Estados Unidos Susan Rice, o representante do Escritório das Nações Unidas Rafael Franzini e representantes da Anistia Internacional, do Movimento Reaja, da Justiça Global e outros.

Ao fim desses trabalhos, nós gostaríamos de realizar esse grande debate internacional.

Portanto, eu gostaria de pedir aos meus pares a aprovação, nesta tarde, desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Em apreciação o Requerimento 98/2015, da Deputada Rosangela Gomes.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Fim do trabalho? Não, somente da primeira rodada, porque vamos ter trabalho por 5 anos.

Quero aqui agradecer a todos, Deputados e Deputadas, assessores da SEPPIR, assessores da Secretaria de Direitos Humanos, assessores da Secretaria de Política para as Mulheres. Muito obrigado.

Antes de encerrar, convoco reunião da nossa CPI, com diligência no Estado de São Paulo, segunda-feira, a partir das 9 horas, e, no final da tarde, audiência



pública na Assembleia do Estado de São Paulo. Na terça-feira, audiência pública aqui, na Câmara dos Deputados, com os gestores do Estado de São Paulo.

Declaro encerrados os trabalhos.

Muito obrigado.